



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Clínica – PCL
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura – PPGPsiCC

**A IRREALIZAÇÃO DECOLONIAL DO CRIME E O LAÇO SOCIAL EM JOÃO
PINHEIRO: MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO**

Samuel Ted Almeida de Pereira

Brasília-DF
2023

Samuel Ted Almeida de Pereira

**A IRREALIZAÇÃO DECOLONIAL DO CRIME E O LAÇO SOCIAL EM JOÃO
PINHEIRO: MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.
Orientadora: Profa. Dra. Márcia Cristina Maesso.

Brasília-DF
2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ti

Ted Almeida de Pereira, Samuel

A irrealização decolonial do crime e o laço social em João Pinheiro: medida socioeducativa em meio aberto / Samuel Ted Almeida de Pereira; orientador Márcia Cristina Maesso. -- Brasília, 2023.

111 p.

1. decolonialidade. 2. psicanálise. 3. laço social. 4. medida socioeducativa em meio aberto. 5. criminologia. I. Cristina Maesso, Márcia, orient. II. Título.

Samuel Ted Almeida de Pereira

A irrealização decolonial do crime e o laço social em João Pinheiro: medida socioeducativa em meio aberto

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Cristina Maesso.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Márcia Cristina Maesso
Universidade de Brasília - UnB
Presidente

Profa. Dra. Daniela Scheinkman Chatelard
Universidade de Brasília - UnB
Membro Titular

Profa. Dra. Renata Wirthmann Gonçalves Ferreira
Universidade Federal de Catalão - UFCAT
Membro Titular Externo

Profa. Dra. Katia Cristina Tarouquella Brasil
Universidade de Brasília - UnB
Membro Suplente

Brasília-DF
2023

Agradecimentos

Agradeço à minha família pelo suporte afetivo e material para a conclusão da presente dissertação. Sou muito grato aos meus pais (Helenice e Simão), à minha irmã (Tati Ane) e ao meu namorado (Delson Júnior) por terem acompanhado de perto o meu processo de escrita, oferecendo acalanto para as dores advindas do escrever, assim como comemorando as vitórias obtidas durante o curso de mestrado.

Teço agradecimentos, também, aos participantes dessa pesquisa pois, sem eles, não teria a oportunidade de produzir acerca do contexto pesquisado. Com a colaboração deles, me foi possível hoje ter esta dissertação de mestrado concluída.

Aos colegas de trabalho do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) de João Pinheiro/MG, igualmente destino minha gratidão. Com cada um e uma do CREAS, com quem pude trabalhar por três anos, estabeleci uma relação de confiança e de trocas profissionais, essencial para que essa pesquisa pudesse ambientar-se naquele órgão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Agradeço também à Márcia Cristina Maesso pela excelente orientação. Suas transmissões em psicanálise e paciência permitiram que eu pudesse questionar a minha própria trajetória acadêmica. Com as trocas que estabelecemos pude me localizar, a partir de meu desejo, como pesquisador.

À Bianca Costa Campos, destino minha gratidão. Agradeço eternamente pela aprendizagem possibilitada pelo contato com a grande pensadora que é Bianca. Excelentes obras foram-me indicadas por ela.

Daniela Scheinkman Chatelard, por sua imensa dedicação em comentar o meu trabalho em todas as vezes que solicitada, tem os meus mais sinceros agradecimentos.

Daniela sempre foi uma voz ativa nos encontros de nosso grupo de pesquisa, pessoa com a qual pude estabelecer excelentes debates.

Agradeço à Katia Cristina Tarouquella Brasil por ter ministrado a melhor disciplina que tive durante o mestrado. Katia certamente contribuiu, enormemente, para a minha formação de analista.

Agradeço também à Renata Wirthmann Gonçalves Ferreira por ter aceito participar da banca de defesa dessa dissertação. Pude conhecê-la através de suas produções acadêmicas, de grande relevância para as minhas pesquisa e formação.

Resumo

A presente dissertação emerge a partir da experiência clínica do pesquisador com um jovem adulto e uma adolescente que estavam em medida socioeducativa de liberdade assistida na cidade de João Pinheiro, Minas Gerais. Ambos cometeram um crime quando adolescentes, o que torna necessário caracterizar tal idade. Ela é definida, por esta pesquisa, como consequência das necro e biopolítica. O objetivo principal da pesquisa foi o de descrever o contexto social em que os participantes viviam à época da coleta de dados. Este estudo foi fortemente influenciado pelo conceito psicanalítico de “irrealização do crime”, como sugerido por Lacan. O referido conceito é fundamental para situar a ética psicanalítica frente à verdade criminológica. Como forma de coleta de informações, foram realizadas dez sessões individualizadas de escuta de narrativas, considerando-se o Diário Metapsicológico como um instrumento de registro de dados. A partir da investigação psicanalítica com os participantes desta pesquisa, e tomando o conceito lacaniano de laço social como importante referencial teórico para a caracterização da comunidade analisada, entre outras conclusões, como principais achados desta dissertação, definiram-se os discursos do “Jagunço” e do “Racista”.

Palavras-chave: Decolonialidade. Laço social. Medida socioeducativa em meio aberto.

Criminologia.

Abstract

This master's thesis was developed on the accounts of the researcher's clinical experience with a young man and a female adolescent that were under assisted freedom programs in the city of João Pinheiro, Minas Gerais. Both committed a crime in their adolescence, which makes it necessary to characterize that age. It's defined, by this research, as necro's and biopolitic's consequence. The main objective of research was to describe the social context where the participants were living when data were collected. This study was strongly influenced by the psychoanalytical concept of "crime's iredalization", as suggested by Lacan. That concept is key to situate psychoanalytic ethics in face of criminological truth. As a means of gathering information, ten sessions of individualized narratives listening were held in a way it takes into consideration the Metapsychological Diary as a data recording instrument. From the psychoanalytical investigation with the participants of this research and taking the Lacanian concept of social bond as an important theoretical reference for the characterization of the community analyzed, among other conclusions, one of the main findings for this master's thesis is defined as the speeches of the "Jagunço" and the "Racista".

Key-words: Decoloniality. Social bond. Socioeducational measures in semi open environment. Criminology.

Lista de figuras

Figura 1	92
Figura 2	92
Figura 3	99
Figura 4	100

Sumário

Agradecimentos -	5
Introdução -	11
Capítulo 1 - A irrealização decolonial do crime.....	19
Capítulo 2 - A adolescência colonizada.....	32
2.1 A adolescência interpretada pela psicanálise: resistência aos modelos bio e necropolíticos.....	47
Capítulo 3 - O método	58
3.1 Considerações metodológicas.....	58
3.2 O método propriamente dito.....	73
Capítulo 4 - A comunidade pinheirense: contexto e laço social.....	77
4.1 Cláudio	77
4.2 Ana	80
4.3 João Pinheiro	84
Considerações Finais	101
Referências.....	105

Introdução

Essa dissertação se origina da minha prática enquanto socioeducador, fortemente influenciado pela psicanálise tomada enquanto extensão. Exercia, à época da escrita daquela, o cargo de psicólogo em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), na cidade de João Pinheiro/MG.

A presente pesquisa possuía o objetivo principal de apresentar o cenário sociopolítico, jurídico e cultural em que se inseriu a coleta de dados, enfatizando como produto os laços sociais presentes no município de João Pinheiro. Descrevo dois específicos discursos pinheirenses como principais resultados da pesquisa: o do Jagunço e o Racista. Assim, a partir da apresentação dos casos clínicos de dois participantes, Ana e Cláudio (nomes fictícios), busco caracterizar a realidade social e cultural de que fazem parte desde uma perspectiva psicanalítica e social.

Lacan (1970/1992) define que, o que faz o laço, é o discurso. Esse é estruturado na linguagem e caracteriza-se justamente por ser uma estrutura sem palavras. Ainda sobre a noção de discurso, Lacan (1970/1992) propõe a existência de quatro específicos, a saber, os do mestre, do universitário, do histérico e do analista. Um quinto ainda é aludido, o do capitalista (o único que não faz laço), que se caracteriza como um deslocamento do discurso do mestre (Lacan, 1972)¹.

Indica, também, que o discurso é uma estrutura composta por quatro posições (agente, outro, verdade e produção) e quatro termos (s1, s2, objeto a e \$²), sendo que os termos se sobrepõem às posições. Um discurso se diferencia do outro a partir de um quarto de giro dos termos de uma posição para a outra (Lacan, 1970/1992).

¹ Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5767159/mod_resource/content/1/DO%20DISCURSO%20PSICANAL%20C3%84DTICO%20-%20Lacan.pdf. Acesso em 21 de dezembro de 2022.

² Onde aparecem s1, s2 e \$, lê-se respectivamente: significante-mestre, saber e sujeito barrado.

É sabido, também, que o psicanalista usa o termo “discurso” para definir outros que não os quatro acima mencionados, como o científico, uma vez enunciado em seu escrito *A Ciência e A Verdade* (Lacan, 1965/1998). Entretanto, pode-se dizer que, como foram propostos os quatro discursos, pode-se abrir vias para se compreender outros os quais, em sua estrutura, tomaram a forma de algum dos citados por ele.

Ambos os participantes, Cláudio com 20 anos de idade e Ana com 17, foram encaminhados pela 1ª Vara de Justiça da Comarca de João Pinheiro para o cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida pelo período de seis meses. Os dois foram julgados culpados em consonância ao artigo 33º da Lei 11.343/2006, o qual estabelece o crime de tráfico de drogas.

Para a caracterização do órgão em que se deu a presente pesquisa, é importante antes descrever os instrumentos que juridicamente formalizam o equipamento, face à atual configuração da política de assistência social neste país.

Em 7 de dezembro de 1993, é promulgada a Lei nº 8.742, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Esse foi o primeiro grande esforço, após a consolidação de direitos sociais expressos na Constituição Federal, em estabelecer uma política de Estado para a assistência social.

Porém, somente com a aprovação da Lei nº 12.435/2011 que se estabeleceu a forma atual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual se subdivide em diferentes equipamentos tipificados que prestam distintos serviços sociais. Existem aqueles que são pertencentes à esfera de abrangência da proteção básica do SUAS, como o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), que atua sobremaneira pela prevenção de vulnerabilidades sociais. Há, também, os pertencentes à proteção especial do SUAS – como o CREAS, onde trabalho – e os vinculados à alta complexidade do sistema, como no caso de instituições sociais de acolhimento (Lei nº 12.435, 2011).

Na Lei nº 12.435/2011, em seu §2º do artigo sexto, alínea C, vê-se:

O Creas é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial. (Lei nº 12.435, 2011).

Como está na lei, é função do CREAS prestar serviços sociais àqueles que estejam em situação de risco social e pessoal por violação de direitos. A unidade em que trabalho, com equipe técnica composta por mim e mais um psicólogo, uma coordenadora, duas assistentes sociais, um advogado e uma orientadora social, atende diversas demandas, em sua maioria encaminhadas por órgãos do poder judiciário ou do próprio SUAS – ou seja, praticamente não se trabalha com demanda ativa. Os trabalhos são voltados desde ocorrências de violência doméstica às execuções das medidas socioeducativas em meio aberto determinadas pela Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Justiça de João Pinheiro/MG.

Na Lei Federal nº 8.069/1990, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, estão definidas no Art. 112 as medidas legalmente aplicáveis, objetivando a reparação de danos a jovens que cometeram algum ato infracional. São elas, da menos à mais severa: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional (Lei nº 8.069, 1990).

Especificamente ao CREAS do município de João Pinheiro competem as execuções das medidas socioeducativas em meio aberto, ou seja, as de prestação de serviços à comunidade (PSC) e de liberdade assistida (LA). Os profissionais responsáveis por sua condução somos eu, enquanto psicólogo, uma assistente social (e coordenadora da execução das medidas socioeducativas em meio aberto), o advogado e a orientadora social.

Em João Pinheiro, as medidas em meio aberto aplicadas são usualmente determinadas para cumprimento por período de seis meses (raras vezes foram determinadas por maior ou menor tempo que esse). Em caso de PSC, determina-se também a quantidade de horas semanais a serem trabalhadas – geralmente oito horas.

Cláudio foi atendido durante todo o tempo da coleta de dados em uma sala nas dependências físicas do CREAS. Já Ana, visto sua dificuldade de deslocamento para as sessões, foi atendida no CREAS e em sua própria residência.

Uma vez que essa dissertação se circunscreve no contexto coercitivo para adolescentes – no qual o trabalho do psicólogo é convocado –, é importante refletir sua relação com o debate que a psicanálise traz acerca da educação para se pensar uma função para a medida socioeducativa em meio aberto. O debate, a priori, é crucial para definir o enquadramento realizado neste estudo e perpassa a própria definição da ação socioeducativa. Assim, se por um lado o socioeducador, em diálogo com a psicanálise, se utiliza da lei para justificar o seu trabalho nesse contexto, por outro, não se confunde com ela.

A medida socioeducativa possui um duplo caráter: o educativo e o punitivo. A clínica é justificada enquanto epistemologia e método, não enquanto intervenção em saúde, o que é vetado aos equipamentos da assistência social. Enquanto profissional da socioeducação, exerço uma função pedagógica a partir do prisma teórico psicanalítico de aplicação de medidas coercitivas. A escuta do sujeito em cena, porém, é a via a qual desenvolvi para que a medida possa, assim, se desenvolver enquanto processo educativo.

Mesmo ressaltando as diferenças entre o “psicanalisar” e o “educar” como profissões impossíveis, já em Freud (1925/2006) via-se a defesa de que professores se submetessem à análise didática, enfatizando como o inconsciente e suas formas de expressão não se eximem do processo de ensino-aprendizagem

No CREAS, o “educar” prescinde de um Planejamento Individualizado de Acompanhamento (PIA), o qual é delineado multiprofissionalmente e contém diversas ações a serem realizadas. O espaço de escuta das narrativas de tais adolescentes é uma dessas ações; às suas vicissitudes me dedico neste estudo.

Alerto também que, pelo “educar” mostrar-se ser de natureza distinta da do psicanalisar, tal espaço de escuta de narrativas não conforma um dispositivo propriamente analítico, e sim um espaço que, a partir da assunção do sujeito do desejo, permita ao socioeducar planejar um processo educativo que não opere pela destituição subjetiva do adolescente participante.

Tiago Miranda e Luiz Augusto Celes (2019) buscaram sistematizar as contribuições de Freud para o debate pedagógico a partir de uma leitura crítica das obras do autor. Com isso, puderam refletir o papel do socioeducador ao prisma de uma epistemologia psicanalítica. Sem toma-lo como analista, porém, indicam como que o socioeducador pode se beneficiar do contato com a psicanálise. Os autores chegam à conclusão de que Freud compreende a educação como vinculada a duas dimensões necessárias. Uma seria concernente à crítica das formas pedagógicas moralizantes enquanto motores do adoecimento neurótico, visto ser a educação um crucial componente da cultura e que exerce de maneira excessiva e empobrecedora uma violenta sanção à satisfação pulsional dos indivíduos. A outra, contudo, versa justamente sobre o intrínseco e benéfico caráter coercitivo da educação, já que é fundamental a renúncia pulsional do sujeito para que, assim, possa existir um agrupamento coeso de humanos e, afinal, para que haja a civilização.

Logo, já que à socioeducação são inerentes seus caracteres coercitivo – dada sua dimensão judicial – e pedagógico, a partir das contribuições de Freud, pode-se, de fato, encarnar essa dupla-dimensão com uma justificativa teórica para a emancipação dos usuários

assistidos. Esse duplo caráter não é assumido somente como mera formalidade legal para o socioeducador, mas toma a tônica de seu próprio trabalho.

Miranda e Celes (2019) ainda advertem sobre os cuidados que o psicanalista deve ter ao trabalhar em contextos sociais marginalizados, sobretudo para não incorrer na psicologização dos problemas sociais. Se se compreende a educação, em uma de suas facetas, excedendo violentamente nas suas formas de cercar o indivíduo em sua satisfação pulsional, então se pode compreender que as formas de adoecimento do sujeito também estão associadas aos seus modos de vida na cultura, mediadas pelos processos educativos conduzidos pelos pais, professores e demais atores sociais.

Tomar na condução da socioeducação um espaço clínico – sem, porém, compreender como parte da atuação do analista intervir diretamente com seus pacientes nos seus modos concretos de vida – pode circunscrever a escuta à mera e problemática compreensão de uma subjetividade que em nada teria a ver com o que a sociedade efetivamente provê aos seus cidadãos e aos psiquismos com que operamos (Miranda & Celes, 2019). Portanto, o socioeducador, em interlocução com a ética da psicanálise, deve se preocupar com como a empregabilidade, os direitos negados, a experiência racial, o acesso a serviços básicos e as experiências sociais compartilhadas influenciam o sujeito que atende, mesmo tendo, muitas vezes, que operar ativamente na garantia de direitos para que só assim possa haver o sujeito do desejo, que é o adolescente que educa, em cena no processo socioeducativo.

À Ana, foi ofertada uma cesta básica, em determinado momento da coleta de dados, como modo de remediar uma situação flagrante de insegurança alimentar que demandou uma intervenção emergencial. Tal situação denunciou como que, ao remediar um direito violado, esse que para ser sanado demandaria uma atuação mais abrangente frente às questões de insuficiência alimentar de seu grupo familiar, pudesse haver, assim, um corpo minimamente

saudável para falar. Essas são específicas ações que, no campo da assistência social, também podem ser lidas como ato analítico.

A psicanálise possui a sua eficácia justamente porque a escuta se organiza em relação ao ambiente cultural e social em que acontece. Isso ocorre na escuta dos discursos, quando percebemos que, em diferentes pacientes, dados semelhantes nos ocorrem na forma de algo que se processa como estrutura, ou, ainda, nas situações em que a ausência, em uma análise, se dá por uma situação em que uma extrema vulnerabilidade social impediu com que o corpo do sujeito do desejo conseguisse falar.

Tal debate encaminha, portanto, para qual é a epistemologia, em psicanálise, adotada para essa dissertação: a da decolonialidade.

A decolonialidade é uma epistemologia a qual questiona os processos de colonização e seus efeitos em diferentes esferas da vida humana. O livro *A Psicanálise em Eclipse Decolonial* (Guerra & Lima, 2021) não só concatena a produção de diferentes autores sobre o tema como talvez seja a primeira iniciativa de relevância no campo psicanalítico a definir as especificidades da decolonialidade nos estudos da subjetividade. O livro inicia por um *Manifesto por uma Psicanálise Decolonizada*, trazendo a necessidade de organização política à práxis dos psicanalistas.

No manifesto, os autores definem que ao heliocentrismo, ao darwinismo e à psicanálise – ocasionadoras de feridas narcísicas para a humanidade como uma vez já indicou Freud –, incluem-se o imperialismo e as raças, desalinhados devido às quebras da periferia. Ademais, indicam uma lista de autores(as) psicanalíticos que poderiam ser tomados enquanto decoloniais (Guerra & Lima, 2021).

Vê-se, portanto, que escritores considerados como decoloniais podem ser tanto europeus ou não, desde que, quando lidos, sejam problematizados em termos das noções de gênero, raça e anti-imperialismos que evocam (Guerra & Lima, 2021). Chama-se a atenção

para a qualidade da enunciação. Assim, Freud poderia tanto ser decolonial quanto profundamente colonialista, já que o autor não se exclui da leitura que dele fazemos.

A metodologia desse estudo, por consequência, parte da decolonialidade enquanto seu fio condutor. O dispositivo de pesquisa adotado para que a coleta de dados fosse possível constituiu-se por dez sessões de escuta individualizada de narrativas com cada um dos participantes. Como método de análise e registro de dados, parti dos pressupostos psicanalíticos e inspirei-me no Diário Metapsicológico proposto por Iribary (2003).

Nenhum tema, mesmo que abrangente, foi indicado para que dali os participantes realizassem suas associações livres, exceto em duas vezes que, nos resultados dessa dissertação, aponto como sendo provenientes da resistência do socioeducador-pesquisador.

O método de pesquisa foi assim desenhado pois, antes do que um estudo sobre o crime, é um estudo que, a partir da irrealização decolonial do crime, marca, aos sujeitos pesquisados, o desejo. Assim, foi possível coletar os dados da história individual de cada jovem participante. Os respectivos dados foram articulados à História social de João Pinheiro, enfatizando os laços sociais produtos daquela sociedade.

Sendo os jovens participantes dessa pesquisa criminalizados devido a delitos praticados na adolescência, faz-se mister elucidar peculiaridades de tal idade da vida. Ela é uma invenção recente na humanidade; seu ápice comparece no século XX (Ariès, 1973/1986), e associa, à sua gênese e funcionamento, os efeitos do bio e necropoder.

Por fim, conceituar as proposições lacanianas da “irrealização do crime” e a adolescência compreendida pela psicanálise, adotando-se a decolonialidade como epistemologia, faz-se necessário para a apropriada caracterização dessa dissertação. Tal intento, porém, é desenvolvido nos dois capítulos seguintes a esse.

Capítulo 1 - A irrealização decolonial do crime

Os participantes desta pesquisa estavam eminentemente expostos à justiça. Com isso, é necessário contextualizar o crime como “noções”, para deixar clara a ética adotada aqui. Digo “noções”, no plural, pois, ao dissertar sobre o crime, abre-se o leque da reflexão de que ele não pode ser admitido somente como o do “bandido da esquina”, bandido imaginário que escamoteia o real e impõe uma opressiva ordem em nossa sociedade colonizada.

Dessa forma, não versando diretamente sobre os delitos cometidos pelos meus participantes, abordo diferentes formas, em psicanálise, de conceptualização do “crime”. Tal intento se relaciona ao método dessa pesquisa, já que, só abstenho-me dos sentidos imaginários atribuídos ao crime, pude acessar o mundo simbólico de meus participantes, e analisar, desde as falas deles, os discursos que delas se inferem. Há uma necessidade, logo, de irrealização do crime.

Aliás, acerca da irrealização supramencionada, temos que resgatar, em Lacan, o que ele define por irrealização. Em seu texto *Introdução Teórica às Funções da Psicanálise em Criminologia* (1950/1998a), ele diz que, “ao irrealizar o crime, a psicanálise não desumaniza o criminoso. Mais ainda, pela mola da transferência ela dá acesso ao mundo imaginário do criminoso, que pode ser, para ele a porta aberta para o real” (p. 137). O que Lacan busca expressar é que a psicanálise necessita discutir o fenômeno criminológico pela ótica dos processos inconscientes que o regem, traçando, assim, a importância de que, na transferência, os sentidos sobre o crime possam ser compreendidos e irrealizados em prol da libertação do sujeito criminalizado.

Pensando-se no lugar da ética em psicanálise, Maesso (2020) propõe que se pode analisar a clínica psicanalítica enquanto um contra-dispositivo de profanação – tomando o conceito de Checchia – em oposição ao que seriam os diversos dispositivos de poder consolidados na cultura. O dispositivo, como a autora explica – pautando-se em teóricos tais

quais Foucault e Deleuze – se caracterizaria por ser composto por elementos heterogêneos que organizam os ditos e não-ditos, como máquinas de fazer falar – por meio de enunciados – e de fazer. Isso se articula por uma política e uma estratégia que opera ao levar o sujeito a direções pré-estabelecidas.

A psicanálise diferenciar-se-ia dos demais dispositivos – por isso contra-dispositivo –, já que sua ética tomada enquanto política privilegia um saber que é não-todo, criação do sujeito em um a posteriori. Pautando-se em Lacan, essa ética versa sobre restituir o saber ao sujeito, saber sobre o desejo antes delegado ao Outro. A estratégia, portanto, não privilegiaria o poder, mas a transferência. A ética psicanalítica, desse modo, diferentemente da felicidade aristotélica tomada enquanto bem-supremo e meta da ação, subverte a consequência da ação bem sucedida. Torna-se, então, o sujeito se deparando no processo analítico à continuidade em uma cadeia de significantes que substitui o significado (Maesso, 2020).

Pode-se, então, compreender que, ao versar sobre o criminalizado, tomamos a ética da psicanálise como a da *irrealização decolonial do crime*. O psicanalista, nessa direção, tem por função primordial a de irrealizar o crime, o que se dá justamente por, tomando a clínica como contra-dispositivo, não servir aos auspícios do poder, mas, pela transferência, possibilitar ao sujeito o cruzamento dos sentidos que lhe atravessam. O intuito não é que, ao fim, encontre a felicidade suprema, mas que possa, a partir de um lugar de desejo, se deslocar pela cadeia de significantes.

Feitas essas considerações, posso caracterizar algumas outras noções psicanalíticas para o construto do “crime”, objetivando, assim, a sua irrealização decolonial.

Uma primeira noção sobre o crime já pode ser encontrada no fundador da psicanálise, noção essa que estabelece, para o fenômeno, sua possibilidade de vir a ser, dados os modos como estamos inseridos na cultura. Freud (1930/2010), em *Mal-estar na civilização*, aposta que, para que exista vida em comunhão, há que haver uma maioria a qual, sendo mais forte,

se sobreponha ao indivíduo. Assim sendo, ele diz que o Direito se estabelece a partir dessa maioria que compactuou a lei. O pai da psicanálise, portanto, indaga que o indivíduo, em uma sociedade, abre mão de fazer valer, em parte, a sua satisfação libidinal em prol de uma segurança contra um mundo incerto. Interessante ressaltar que a relação entre o bebê e o adulto também manifesta a concessão de um indivíduo dependente frente ao poder de um sujeito mais forte, aquele que a psicanálise nomeia por pai, mas que poderia ser uma mulher (Freud, 1930/2010).

Os humanos divididos possuem um conflito dirigido contra à civilização, a qual reclama a abstenção do prazer. Contudo, sempre que o conflito é posto em prática, sentem-se abominavelmente desprotegidos. Freud (1930/2010), então, pôde contribuir para uma compreensão acerca do crime como potência, inerente a todo ser humano após a morte do pai da horda.

Se por um lado a psicanálise compreende a tendência ao crime como sendo uma realidade, de maneira que a civilização se esforça para recalá-lo, a cultura em que estamos inseridos, porém, aparenta ter se organizado de maneira a criar a imagem do criminoso para distinguir entre os seus cidadãos aqueles que seriam os “bons”. Lacan (1950/1998a), ao pensar sobre a criminologia, versa que, pelos modos em que ela se constituiu na modernidade, supõe-se que o ser humano – o mesmo que “venceu” a tortura e diferentes crueldades da natureza humana pela promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos – não é mais suposto a pecar.

A psicanálise se opõe a essa visão acerca da lei, dotando-a de um caráter que extrapola a perspectiva de um código que regula moralmente as ações dos cidadãos; ou seja, ela versa sobre a lei simbólica do desejo. A responsabilização penal, porém, apresenta-se como aquela que opera somente para os que são a exceção, os pecadores (Lacan, 1950/1998a).

Quanto ao conceito de responsabilidade, esse que no mantra judicial é utilizado para

distinguir o criminoso do não criminoso, vê-se em *Premissas a todo desenvolvimento possível da Criminologia* (Lacan, 1950/2003b) que, se a criminologia chega a humanizar o tratamento ao criminoso, o faz pela via de um declínio de sua humanidade, de maneira que o sujeito, em sua destituição, será reconhecido pelos seus semelhantes somente pelos atos cuja responsabilidade ele assumir. Nesse processo, o sujeito do desejo afasta-se ainda mais de se fazer reconhecido. Portanto, pela perspectiva criminológica, é no processo identificatório dos não criminosos com os criminosos que se distingue a imputabilidade ou não da autoria de um crime. Sobre tal situação, Lacan (1950/2003b) diz: “esses criminosos que aqui chamamos do eu, são as vítimas sem voz de uma crescente evolução das formas diretivas da cultura rumo a relações de coerção cada vez mais externas” (p. 124).

Por outra via, a cultura em que vivemos cria nichos em que diversas pessoas são desresponsabilizadas pelos seus atos, visto não representarem muito bem o espelho no qual poder-se-ia distinguir o joio do trigo, o cidadão de bem da contumaz encarnação do mal. A isso, Lacan (1950/2003b) fará alusão a uma atribuição jurídica imaginária de responsabilidade aos criminosos, na qual, a psicanálise se oporia.

A psicanálise, portanto, irrealiza a noção e a responsabilidade se funda não como dimensão do Eu especular, mas como inerência do simbólico. Logo, como diz Lacan (1965/1998), “por nossa posição de sujeito, sempre somos responsáveis” (p. 873).

No âmbito criminológico, igualmente se vê uma específica operação da verdade. Lacan (1950/1998a) afirma que, para a criminologia, todo ato criminoso prescinde de um motivo e de um móvel do crime – que deve ser objetivo e inteligível para todos. Logo, ele denuncia o esforço do sistema judiciário em tornar o criminoso um fenômeno objetivo, recorrendo a uma verdade objetificante com a qual a psicanálise não tem outra opção, a não ser postar em seu desfavor quando na atuação clínica. A perspectiva criminológica, ao determinar os sentidos do criminoso, oculta de si tantos outros crimes.

Se Lacan (1950/1998a) indica que é uma necessidade da criminologia determinar a verdade do crime e do criminoso, sendo o crime só possível se em referência à sua determinação sociológica, dependendo de um assentimento que estabelece a validade do ato criminoso e de sua punição na cultura, de outro modo, o crime depende necessariamente de um sujeito em face daquilo que o causa, referência ao seu desejo.

Portanto, se a psicanálise, fazendo um específico uso do conceito de responsabilidade, privilegia o sujeito e o seu desejo como explicação do crime, o faz por irrealizar o sentidos que criam a imagem do criminoso. Os impactos do imaginário social, no que refere a pactuação dos significados tão destrutivos que se somam ao significante “criminoso/bandido”, são extensos, sendo um exemplo o de quando aqueles que denunciam os crimes cometidos por determinado líder político ocultarem, por sua vez, os crimes de “colarinho branco” praticados pelos juízes da lava-jato. Em tal anedota ficam nítidos os efeitos dos significados associados ao significante “criminoso/bandido”, os quais pesaram desproporcionalmente para um dos candidatos nas eleições presidenciais de 2022, mesmo criando uma singular imagem para o político inferido.

Elejo um crime em especial, o dos atos antidemocráticos contra os resultados legítimos e oficiais da eleição presidencial do Brasil no segundo turno (2022), para versar justamente sobre aqueles crimes ocultados e que merecem a devida exposição. Os atos mencionados foram coloridos pela ascensão de um discurso autoritário e de extrema direita, que busca legitimar o instituto do golpe de Estado. Márcia Tiburi (2015), buscando analisar a personalidade autoritária a partir de uma produção por ela descrita como sendo teórico-prática, indica que a política é necessariamente um ato de linguagem, assim como todo discurso é político. Essa seria uma operação em que os termos política e linguagem operam em uníssono e produzem, em pior ou melhor qualidade, o mesmo resultado na sua relação com o outro: o diálogo. A autora chega a dizer: “Do mesmo modo, a questão é também pensar

o ato político como ato linguístico (sendo que todo ato linguístico é político) e perguntar o que estamos fazendo quando estamos dizendo coisas uns aos outros” (p. 22).

O autoritarismo seria, então, um empobrecimento desse sistema de linguagem, de modo que, a partir da assunção da certeza totalitária, operaria uma negação do outro e a obstrução do próprio diálogo. A autora diz, também, que é preciso uma sociedade paranóica como base para assentar um discurso autoritário, a partir do que expressa ser uma aprendizagem do medo (Tiburi, 2015). Outra noção para o crime, portanto, é a do crime autoritário, conceito esse que defino para caracterizar os crimes, tais quais são os atos anti-democráticos, possibilitados por um discurso autoritário.

Considerada a especificidade do saber psicanalítico e tratando-se sobre o crime autoritário, cabe então restituir o saber sobre o crime que escapa às premissas da criminologia.

Em 6 de maio de 2021, agentes do Estado cometeram um amplo assassinato de civis na comunidade do Jacarezinho/RJ. Em 9 de maio do mesmo ano, Bolsonaro publicou, em seu *Twitter*, um excelente exemplo de enunciado autoritário:

Ao tratar como vítimas traficantes que roubam, matam e destroem famílias, a mídia e a esquerda os iguala ao cidadão comum, honesto, que respeita as leis e o próximo. É uma grave ofensa ao povo que há muito é refém da criminalidade.

Parabéns à Polícia Civil do Rio de Janeiro!³

O ex-presidente do Brasil diferencia então, o cidadão honesto – ao qual ele se identifica – daquele que legitimamente poderia ser extinto das relações humanas – o mal encarnado enquanto imagem. Há, aparentemente, uma necessidade de destruição do Outro para a manutenção de um estatuto de Eu. Episódios como esse, da ordem da palavra e da sua relação com a carne, fazem-me querer saber, afinal, qual é o crime de que se fala e como a

³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bolsonaro-critica-tratamento-dado-aos-mortos-no-jacarezinho-parabeniza-policia-civil-pela-operacao-1-25010791>. Acesso em 18 de agosto de 2021.

fala sobre o crime pode enunciar distintas posições de sujeito. Essa é, a priori, uma urgência política de último grau.

Frantz Fanon (1961/2015), em seu livro *Os Condenados da Terra*, também deteve-se nessa problemática ao analisar o estatuto da criminalidade do argelino. Para tanto, traça um cenário não só daquele povo, mas para toda a condição de colonizado. Ao estudar as contribuições teóricas dos psiquiatras da Faculdade de Argel, sobretudo ressaltando os trabalhos de Porot, Fanon (1961/2015) interpreta os enunciados analisados em sua possibilidade de enunciação. É em Fanon que me ancore para circunscrever os crimes do colonizado, aqueles em que, quando o sujeito os pratica, se deve justamente pelas violências da colonização terem marcado de maneira específica o criminoso.

O colonialismo instaura diferentes posições de saber e, como afirma Fanon (1961/2015), o ocupante/branco localiza-se no campo do saber universal e o colonizado/negro no do saber particular. O autor faz notar que os estudiosos, a partir da autoridade da ciência, buscavam entender a alta criminalidade entre argelinos e cunharam um lugar mortífero para o “ser argelino”.

O argelino, em tese, utilizaria mais o diencéfalo do que o córtex em suas operações neuronais, por mais que o humano se caracterize pela predominância cortical em sua espécie; o melancólico argelino, por matar mais do que se auto exterminar, não investiria psiquicamente em seu “mundo interno”; o negro africano seria semelhante aos europeus lobotomizados no que tange aos comportamentos; etc. Em suma, é destituído ao negro – e a raça é uma dimensão necessária para se pensar a colonialidade – um lugar que não seja aquele da morte, do bandido e do racismo. Esse lugar é o do particular, diferindo do que pretensamente se esperaria de uma conduta humana medida por princípios tomados enquanto universais.

Fanon (1961/2015) ainda afirma que: “Na situação colonial, como mostramos, os

indígenas estão entre si. Tendem a esconder o europeu uns dos outros” (p. 353). O autor continua:

O fato de os combatentes argelinos terem discutido esse problema, de não terem temido questionar as crenças instaladas neles pelo colonialismo, de terem compreendido que cada um deles escondia o europeu do outro e na realidade cada um se suicidava ao jogar-se sobre o outro, teria uma importância primordial na consciência revolucionária (p. 356).

O teórico decolonial complementa que, por hora, os nativos, na situação colonial, se identificam com o proposto pelo colonizador – veiculado no discurso colonial a partir de um aparato de dominação. Assim, tiveram que servir da “criminosidade” contra os seus como única possibilidade viável para o narcisismo (Fanon, 1961/2015).

Lacan (1961/2003), em seu seminário nono, diz que o sujeito se identifica ao traço do significante. Diz também que o saber produto dessa operação, o qual é eminentemente intersubjetivo, é depositado no Outro. O Outro, para o psicanalista, não é um sujeito, mas um lugar em que o sujeito se esforça em transferir o saber. Logo, o Outro é o inconsciente na medida em que o próprio sujeito se perde nessa suposição de saber.

Posto isso, indago, a partir de Fanon que (1961/2015) – inter cruzando-o a Lacan (1961/2003) –, se o sujeito se identifica em sua relação com o Grande Outro, é factível pensar que o militante argelino verdadeiramente escondia o europeu do outro argelino – aqui ousou falar em Outro. O Outro, nessa situação, é o europeizado a partir de um lugar profundamente argelino e nada mais cabe ao colonizado que não compreendeu seu lugar na luta pela libertação que não seja assassinar o Opressor invertido sob a forma do assassinar outro argelino. A identificação se opera no significante alienado a esse Outro da colonização.

Por outra via, acredito que, para além dos efeitos do significante, um crime colonial também se relacione aos sentidos que se atrelam ao Eu, o que o reenvia para o debate

identitário. Para falar sobre a identidade articulada aos sentidos do Eu – podendo esses serem ou não liberadores em um a posteriori do sujeito do simbólico –, recorro à Glória Anzaldúa, ainda que a autora não seja psicanalista. Faço, assim, uma integração de seu saber com certos desvios para que haja a comunicação necessária com a nossa discussão.

Em *Esqueerzita(r) demais a escritora – loca, escritora y chicana*, Anzaldúa (1991/2021) disserta sobre como diferentes posições de leitura são possíveis a partir da maneira com que as identidades dos leitores são construídas e como necessitam de um Outrx. Com muita honestidade, ela entrega-se a uma escrita em que não teme denunciar-se como a mulher chicana patlache de carne e osso que sofre e cria a partir de como é lida e interpretada por uma outridade. Essa honestidade foi preciosa para que a autora pudesse criar com a qualidade que criou o conceito de identidade e permite entrever seu método de autoescrita, ou seja, a escrita de si que verte para a escrita sobre o outro, sobre os fenômenos sociais.

Sobre o conceito de identidade, ela diz: “Implica que a identidade é socialmente construída. Mas só para a/o ‘outra/o’ cultural. Inconscientes do privilégio e absortos em arrogância, a maioria dos escritores da cultura dominante nunca especifica sua identidade” (Anzaldúa, 1991/2021, p. 128). A autora denuncia, assim, que se as identidades hegemônicas são associadas ao universal, passando quase que despercebidas nesses autores quando escrevem, aqueles que possuem as não hegemônicas são sempre lidos em termos das identidades que possuem.

Pode-se interpretar, no intento da autora, a busca através do estabelecimento de sentidos para um Eu que supra na relação com a/o outra/o – ou com o desejo do Outro, como estaria na teoria lacaniana – o que seria da ordem do próprio desejo do sujeito. Anzaldúa (1991/2021), portanto, defende uma assunção distinta à noção de identidade, essa que, como um rio, por mais que influenciada pelo que é da ordem externa, é dinâmico e integral, não afeita a partições. Há, na autora, o grito de um sujeito que quer se viabilizar pelo seu

desejo, mas que é sempre impelido por um Outro branco e colonial, provedor de identidade e sentidos “cubicularizadores” e mortificantes.

Ela indica que não é por alguém ser chicano – ou que se localize em qualquer outra identidade não hegemônica – que não poderá incorporar os modos de leitura da identidade hegemônica (Anzaldúa, 1991/2021). Acrescenta, ainda, que ela própria foi ensinada a ler como homem – “literatura séria”, “coisas da academia” –, pois antes lia o que era de menina – romances, histórias de amor para as mulheres, etc.

Contudo, para o teórico de cor e não-heterossexual, é reivindicado esse outro cultural que o marca como um negativo em relação ao universal. Anzaldúa (1991/2021) traz um exemplo sobre tal condição ao retratar a recepção de sua obra *Boderlands* por Cherríe Moraga (chicana e hétero), que acusou Anzaldúa de não ser realmente lésbica por não retratar em sua obra a sexualidade ou a identidade lesbiana. Anzaldúa logo busca estabelecer um grito contra a suposição de identidades que, obrigando a um enquadramento de determinados corpos, estabelecem uma dominação colonial.

Diria que seria um grito contra aqueles significantes coloniais com os quais determinados corpos falantes se identificam, engendrando-os sempre aos sentidos racistas e sexistas que estão abaixo dos significantes que deslizam sob esses. Anzaldúa (1991/2021) escreve sobre a necessidade de criação de novas identidades, não a partir das estabelecidas pelo colonizador, mas que permitam um lugar que não seja o da opressão colonial. Se por uma via é inquirida por sua identidade – e que lemos como os sentidos do Eu – a ocupar um lugar em que é oprimida, é também pela via de constituição de identidades (sentidos) diferentes do colonizador que poderia reparar ao sujeito sua condição desejante.

Doravante a autora, podemos afirmar a necessidade de que na cultura se estabeleçam novos sentidos para o criminoso, sentidos esses que permitam, posteriormente ao sujeito do simbólico, advir com menores desafios. Quando observamos movimentos políticos – como o

LGBT+⁴ – reivindicarem outros sentidos identitários que não aqueles veiculados pelo poder, podemos ver uma ação pela libertação do sujeito do desejo.

Em Jean Genet, é possível encontrar a maneira que os sentidos – a depender de quais são – podem aniquilar o sujeito representado entre significantes. O autor publicou um conto intitulado *A Criança Criminosa* (Genet, 1949/2016), que, inicialmente, desejava que fosse lido em um canal radiofônico. Com isso, o escritor, ao final, interpelaria três especialistas convidados: um magistrado, um diretor de um centro penitenciário e um psiquiatra da justiça.

O conto diz sobre a figura do jovem criminoso que, “desde o começo, exige que os termos que o definem sejam o signo de uma crueldade superior”. (Genet, 1949/2016, p. 15). O jovem criminoso se esforça a guardar, em si, uma imagem similar a da arma, de forma que o próprio autor se coloca como o defensor do mal contra o bem. Portanto, é versada uma imagem que é anterior ao Eu relacionada aos sentidos do Outro da cultura.

Rememoro aqui a passagem do conto em que um diretor fazia questão de guardar as facas apreendidas dos jovens aprisionados sob sua tutela. As facas de lata, sem potencial para matar, chegavam a ser ridicularizadas por ele, tendo em vista a ineficácia de tais instrumentos para o crime. O diretor do Patronato não compreendeu, porém, que os objetos não eram inúteis, mas eram a única expressão possível de um Eu em desafio ao *bem* protetor que o mata. A faca jamais poderia ferir aquele *bondoso* do qual o criminalizado, sem saber, é tão dependente.

O momento e como a palavra chega ao indivíduo através de suas figuras familiares primordiais organizam um Eu no bebê. Referindo-se a isso, ao analisar o conto supracitado de Jean Genet, Alba Flesler (2003/2005) diz que, sem a dependência radical do bebê, não há qualquer possibilidade de liberdade, restando ao sujeito somente ser o signo vivo de ter sido

⁴ Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros (Travestis e Transexuais) e o “+” designando outros grupos que compõem a categoria de expressões da sexualidade diversas da heterossexual cisgênero.

desejado morto. Vê-se, portanto, a importância de uma consolidação do registro imaginário em sentidos que, vindos do Outro, possam operar pela libertação, e não pela destituição subjetiva dos falantes.

Vegh (2003/2005) também analisa o conto de Jean Genet e discorre sobre o conceito de abjeção, referindo-se ao fato de que alguns colocar-se-ão nessa posição por terem vindo ao mundo a partir de um Outro que os instituiu como merda – merda não como abono e, sim, como dejetos. Dado isso, os sujeitos cujo Eu é calcado na merda far-se-ão os grandes defensores de sua bandeira, defensores do mal, como em Jean Genet. Vê-se, assim, que, ao criminalizado abjeto, coube recriar-se por uma palavra que simbolizara antes uma exclusão.

De fato, muitos a ocupar as celas dos presídios no Brasil são fruto de, senão um abandono pelo cuidador primordial, o de um abandono pelo Estado. Esses são signos de uma palavra que nunca os quis como filhos. Dentre alguns desses filhos, vê-se que uma parcela foi marcada – na linguagem e no corpo – de modo a ser necessária a nossa atenção e de maneira que Jean Genet é um grande representante.

A partir da luta de libertação nacional, vê-se um deslocamento para sentidos que não os do ocupante, comportando, assim, a possibilidade de libertar não só o povo, mas o próprio sujeito colonizado. Ademais, resignificando-se a “inerente” violência, desnaturalizada, ela própria se torna um elemento crucial para a revolução (Fanon, 1961/2015). Fanon (1961/2015) ainda discorre sobre como a luta pela libertação nacional é povoada de processos os quais não concernem à mera conduta do “humano racional”. Assim, ele problematiza que o racismo, o ódio, o ressentimento e “o desejo legítimo de vingança” não devem ser motores da revolução. Diga-se de passagem, esses não devem ser componentes da luta, por mais que o militante os experimentem bem.

Tais elementos supracitados são complicadores de qualquer processo revolucionário, ainda que esperados, visto que envolvem necessariamente a destruição imaginária do Outro

como possibilidade para a experiência de sentido do Eu. Talvez seja o crime mais lastimável que cometemos às nossas possibilidades de ser para o campo social.

A partir da verdadeira revolução, aquela que liberta o sujeito – utilizo o termo em seu sentido estritamente psicanalítico –, vê-se como o “ódio global” contra o que seria o ocupante abrandado. Quando os brancos participam da luta, bradam as suas vozes nas metrópoles em favor dos colonizados; esses brancos, antes associados ao opressor colonial, passam na colônia a não portarem mais aquela imagem. Assim, se desfazem os sentidos de e sobre uns para os outros: colonizados para colonizados; colonizados para ocupantes; ocupantes para ocupantes; ocupantes para colonizados (Fanon, 1961/2015). Permite-se, então, irrealizar a diferença marcada pelo significado racista colonial para que uma posição de sujeito possa advir.

Trato, por consequência, que a irrealização decolonial do crime somente consegue estabelecer-se no campo social se comungados três aspectos. O primeiro é o da irrealização dos sentidos imaginários depositados socialmente abaixo do significante “crime”. O segundo versa sobre a importância de que as comunidades marginalizadas proponham outros sentidos que menos mortifiquem o sujeito que com eles se relacione, para, num só depois, irrealizarem os sentidos recém criados. Já o terceiro versa sobre a inerente necessidade revolucionária para a *práxis* psicanalítica. A psicanálise, assim, é convocada a cada vez mais embrenhar-se nos diferentes movimentos sociais de garantia de direitos.

Considerando-se a irrealização decolonial do crime como ética para se trabalhar no contexto criminal, ainda se faz necessário definir outra dimensão relevante da qual os dois sujeitos que participaram dessa pesquisa fazem parte: a adolescência como uma idade da vida. Por mais que Cláudio possuía 20 anos, o seu encaminhamento ocorreu devido a um delito praticado em tal momento lógico de seu desenvolvimento. O capítulo seguinte, portanto, servirá ao intento de tratar sobre a adolescência, sobretudo a colonizada.

Capítulo 2 - A adolescência colonizada

A adolescência é uma idade difundida em nossa cultura. Ela pode ser percebida na linguagem ordinária, mesmo comparecendo em um discurso que, por suas características, demarca o lugar social e imaginário de diversos corpos jovens no Brasil. Isso faz com que determinadas subjetividades tenham que se haver com as sombras de específicos “Eus” para que, abandonando ao sentido, possam ascender na clínica psicanalítica a um saber sobre o próprio estatuto de sujeito do desejo que os define.

A naturalização da adolescência, enquanto categoria do desenvolvimento humano, é recente, remontando à virada do século XIX para o XX. Isso ficará demonstrado a seguir, a partir da análise da obra *História Social da Criança e da Família*, de Philippe Ariès (1973/1986).

Para se compreender a história da adolescência enquanto conceito forjado no seio da modernidade tardia é necessário esboçar quais eram os postulados sobre as idades no momento anterior. Como o conceito de adolescência surge prioritariamente em solo europeu para, depois, difundir-se pelo globo, é essencial remontar à história da adolescência na Europa a fim de compreender-se os sentidos atribuídos ao termo.

Philippe Ariès (1973/1986) produz um rico estudo sobre o tema. Por mais que visasse elucidar a infância, traz importantes achados sobre a adolescência, cuja invenção é ainda mais recente que a da criança. Na idade média, como aponta o autor, existia uma lógica própria a considerar as idades e seus ciclos. Muito diferente de hoje, não remetiam propriamente aos fenômenos biológicos, portanto, não eram centradas em noções como a da puberdade, marcadora que atualmente delimita a transição de uma fase da vida – a infância – para outra – a adolescência. Se atualmente as fases da vida são compreendidas como uma situação na sociedade e como eminentemente biológicas, também possuem o caráter dramático de retirar-

nos do tédio cotidiano, como na frase “isto tem vida”, que se refere a algo que apresenta sua vivacidade (Ariès, 1973/1986).

Outrora, porém, nas sociedades tradicionais europeias, as idades eram compreendidas como parte de uma continuidade inevitável e cíclica, ora humorística ou melancólica. A compreensão é consonante à concepção medieval de que os elementos da natureza e os fenômenos naturais/sobrenaturais não possuem autonomia suficiente, logo inscritos no determinismo universal (Ariès, 1973/1986).

Aquela continuidade não fazia alusão à experiência concreta dos corpos, mas se inseria em uma ordem abstrata e geral das coisas. Na idade média, eram próprias as altas taxas de mortalidade da população em geral, além da baixa expectativa de vida e da grande mortalidade infantil, de maneira que somente poucos privilegiados conseguiam percorrer todas as idades da vida (Ariès, 1973/1986). As idades, assim, assumiam seu caráter idealizado em uma sociedade que não conseguiria, através de marcadores biológicos, compreender os processos de envelhecimento/desenvolvimento.

Ademais, creio ser necessário circunscrever o fenômeno das idades às contribuições de Michel Foucault (1980a/2009) a respeito das relações corpo-poder, justamente no que versa sobre o moderno atrelamento das diferentes faixas etárias a marcadores biológicos. Essa circunscrição que realizamos compete às associações que fizemos entre postulações foucaultianas e a história delineada por Ariès. O percurso será necessário para que possamos, a partir dessa articulação, apontar especificidades da gênese da adolescência enquanto categoria imbricada no contexto de poder, no qual a modernidade é o seu palco.

Na aula de 9 de janeiro de 1980, no *Collège de France*, Foucault (1980a/2009) cunha o termo “aleturgia” – neologismo constituído por uma derivação da palavra grega “alêthourgês” –, que significa o conjunto de procedimentos verbais e não-verbais existentes para se evidenciar a manifestação da verdade que qualquer poder prescinde.

Por conseguinte, todo poder não necessita somente de conhecimentos úteis que o instrumentalizem. Antes de tudo, carece-se uma manifestação que articula um falso contra o verdadeiro e que propicie a própria validade do governar – esse último entendido como o ato de mecanismos e procedimentos destinados a conduzir a conduta dos humanos. Assim, deixa-se de localizar a razão de Estado como produto racional e científico do ofício de governar – esse que se afasta da “demonomania” agora abominada em detrimento de conhecimentos objetivos. Na verdade, ele se localiza como componente da aleturgia moderna que justifica uma nova forma de governo (Foucault, 1980a/2009).

Por consequência, desmistifica-se uma narrativa moderna que, como indica Foucault (1980a/2009), pode ser encontrada nos fisiocratas e nos novos liberalismos alemão e americano. Se aplicadas bem as técnicas que suportam o governar (leis da economia e do livre mercado, princípios da demografia, etc.), o próprio governar tornar-se-ia inexistente, ou pelo menos não assumiria a forma de um poder vertical que opera de cima para baixo, do soberano para o povo. Hoje, contudo, governar opera o controle de maneira eficaz sob os corpos; as técnicas de suporte nada mais são do que a aleturgia em sua articulação poder-verdade.

Em sua aula de 30 de janeiro de 1980, Foucault (1980b/2009) articula que a manifestação da verdade, essa que já referimos servir-se da aleturgia, objetiva incidir não só sob a produção de conhecimentos úteis e “aletúrgicos” ao exercício não centralizado do governo, mas incide sob a própria subjetividade. O autor nos diz que “de outra parte, espera-se nessa manifestação da verdade sob a forma da subjetividade efeitos que estão para além da ordem do conhecimento, mas que são da ordem da salvação e da libertação para cada um e para todos” (p. 30).

A forma de incidir sob a subjetividade, criando uma manifestação de verdade a qual propicia ao coletivo a ideia de salvação e de libertação próprios da biopolítica moderna,

estabelece-se de diferentes formas. De qualquer maneira, é salutar que resgatemos o poder disciplinar como um privilegiado modo, sobremaneira preponderante na modernidade capitalista e típica do biopoder, de controle do corpo.

Em *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*, Foucault (1975a/1999) conceitualiza a noção de poder disciplinar como sendo uma das técnicas de controle dos corpos comum na modernidade. Trata também de que há outras formas de poder, como a escravidão; contudo, argumenta acerca da gênese dessa nova forma de controle, o disciplinar, a qual, para o autor, torna-se preponderante e definidora de nossa era.

Com base em Foucault (1975a/1999), quando se contrasta a oposição escravidão/poder disciplinar, pode-se ver que, na primeira, o poder incide de forma geral sobre a massa de corpos, não tomando cada escravizado enquanto unidade particular. Na segunda, cada corpo é particular; assim, aplica-se a esses individualmente o seu poder, logo sendo mais eficaz para o exercício de sua violência. O poder disciplinar individualiza o corpo a partir de saberes – tal qual o saber médico –, que possibilitam conhecê-lo detalhadamente e produzir discursos sobre o organismo humano.

Essa diferença é própria do que caracteriza o poder disciplinar em relação a outros poderes, já que esse se comporta sob a forma de técnicas de controle que pressupõem o conhecimento minucioso das funções do corpo. De alguma maneira, criam-se as possibilidades de compreensão econômica dos que estão sob o seu domínio. Os corpos, então, são domesticados por um conhecimento cada vez mais pormenorizado de seus funcionamentos, assim como são úteis, já que sobre eles opera uma lógica que os torna cada vez mais eficientes para os fins do poder (Foucault, 1975a/1999).

As formas de controle são mediadas por um saber médico/jurídico – não o único – que influenciou tanto a estruturação de presídios quanto o controle da sexualidade. Na conferência de junho de 1975, uma das compiladas na tradução intitulada por *Microfísica do*

Poder, Foucault (1975b/2009) afirma que, à medida que se exercem sob os corpos as formas de controle típicas do poder disciplinar, elas geram um contra-poder, de modo que o sujeito reivindica o prazer em detrimento da moral sexual, a saúde contra a economia, enfim, o corpo contra o poder.

Com isso, reflete-se sobre a origem da adolescência que, em seu apogeu, remonta às experiências do século XIX e, sobretudo, do século XX que, curiosamente, coincide com um novo poder que se assumia como hegemônico – o disciplinar. Como indica Ariès (1973/1986), a adolescência passa a repousar sob o demarcador biológico da puberdade; logo, é curioso que é função do poder disciplinar biologizar os empreendimentos humanos. Lanço a hipótese, portanto, do poder disciplinar como sendo uma das condições de possibilidade para a adolescência.

Se tanto fala-se da adolescência como uma fase de transgressões, por que não associar esse transgredir ao contra-poder do sujeito adolescente que, sob o desígnio do “adolescer”, é submetido ao domínio de uma forte forma de controle de seu corpo?

Para melhor caracterizar quais são os sentidos que ora repousam sob o significante “adolescência” – e que aqui busco o seu deslocamento –, retorno à Ariès (1973/1986), de modo que melhor poderemos esboçar o que afinal seria a adolescência tomada em seu caráter poético. Em 1556, é publicada uma edição francesa da enciclopédia *Le Grand Propriétaire de Toutes Choses*, a qual descreve, em seu livro VI, uma sistematização racional das idades que remonta à idade média – ou pelo menos uma das possibilidades de como eram compreendidas naquela época, pois outras semelhantes conviveram no mesmo período (Ariès, 1973/1986). Essa sistematização e as dificuldades para a sua tradução do latim para o francês serão úteis para exemplificar um momento anterior ao da adolescência propriamente dita; só assim conseguiremos estabelecer a sua gênese.

As idades na referida enciclopédia eram subdivididas em sete, de modo que cada qual se associava a um planeta, sendo o transcorrer da vida definido em termos astrológicos e sob os desígnios de um determinismo cíclico. Uma das idades era a adolescência, a qual se caracterizava principalmente pela capacidade de procriação daqueles nela inseridos. Assim, alguém com até 35 anos poderia ser compreendido como adolescente. O matrimônio, muitas vezes, era um definidor da passagem da adolescência para uma fase posterior (Ariès, 1973/1986).

Na tradução da obra, o tradutor pontuou severas dificuldades para o equivalente ao termo *adolescens*, já que, em francês, *puere*, a palavra era utilizada indistintamente. A ideia do adolescente, portanto, não era algo inscrito na linguagem de até então. Via-se, portanto, uma longa infância, já que ela não se caracterizava pela biologia propriamente dita, mas pela noção de dependência. A infância herdava os sentidos medievais expressos na relação entre o vassalo e o suserano. *Enfant*, sobretudo, era utilizado tanto para referir-se à criança, ao trabalhador em sua relação com o patrão, e em tantos outros contextos em que uma “relação de vassalagem” se presentificava (Ariès, 1973/1986).

Na burguesia nascente, porém, com exceção de pessoas com invalidez física, os únicos “dependentes” eram as crianças. Logo, passa-se, cada vez mais, a assumir-se a palavra “infância” como designando a faixa etária que hoje conhecemos. Vê-se, conseqüentemente, que infância e adolescência se confundiam, sendo essa última muitas vezes englobada pela primeira. Outras vezes, quando a adolescência comparecia como categoria própria – o que era raro –, confundia-se com a fase adulta. É curioso ver as dificuldades de tradução para a palavra “adolescente”, denotando um estranhamento quanto ao uso da mesma como designando uma idade. Essa idade, de fato, surgirá no século XX, indicando uma seara muito restrita de sentidos com os quais teço minhas problematizações (Ariès, 1973/1986).

Ariès (1973/1986) demonstra que os primeiros despontamentos da adolescência tomada em sua forma moderna surgiram no século XVIII, na literatura com o Querubim e com o ofício do conscrito, mas, sobremaneira, dar-se-á na obra musical de Wagner – já em momento posterior. No século XX, a adolescência passa a cada vez mais aparecer como tema literário e de interesse dos moralistas e dos políticos, surgindo pesquisas como as de Massis ou de Henriot que, ao estudá-la, estabelecem o próprio fenômeno.

Com isso, a adolescência porta novos valores, associada à idade da beleza e da força. O jovem é tomado em seu ideal ético e estético. Como depositária de novos sentidos, serviu como meio para reavivar uma sociedade velha e aristocrática, experiência essa vivida pelos românticos no século XIX, mas que ainda não tinha sido materializada sob a forma de uma idade da vida (Ariès, 1973/1986).

Podemos indagar que a adolescência, enquanto categoria moderna e europeia, possui uma história que remonta à sua recente aparição. Delineiam-se os sentidos que repousam abaixo do significante adolescente, sendo os associados ora à vivacidade e à beleza adolescente e ora à transgressão do adolescente contra seus pares (pais, professores, etc.). Essa última, para além de um sentido, relacionamos ao real do contra-poder como uma das formas de sua explicação.

Também é salutar ponderar como a adolescência emerge, o que nem sempre foi uma constante na história enquanto categoria biológica, criando o terreno para a puberdade tomada como indicadora de uma idade da vida. A esse fato, associamos à operação do poder disciplinar.

Podemos inferir que nem em todas as culturas tal idade existiu ou partilhou dos mesmos sentidos anteriormente já descritos. Pais (2009), por exemplo, apresenta que diferentes culturas detêm distintos marcadores para a passagem de uma fase da vida para

outra. No caso dos Tuareg, por exemplo, não há marcadores, já que não contabilizam os anos vividos por uma pessoa, logo, não consideram classes de idade como definidoras do ser.

Em Portugal, nas aldeias transmontanas, ocorre anualmente a Festa dos Rapazes, importante cerimônia que marca a passagem da juventude para a idade adulta. Nela, ocorrem as *loas*, constituindo-se como situações em que rapazes assediam as mulheres presentes encenando o ato sexual em uma verdadeira demonstração “orgística” de virilidade. Hoje, algumas mulheres, a partir de um deslocamento da tradição, reivindicam o protagonismo no ritual antes destinado somente aos homens (Pais, 2009).

Outros exemplos poderiam ser dados a partir de distintos estudos demonstrados em ritos; contudo, os acima expostos expressam como diferentes sentidos são articulados ao curso de vida, a depender da cultura e da história. Por outro lado, Pais (2009) analisa, ao contrapor a Festa dos Rapazes a atos juvenis que ocorreram na Grécia e em outras partes da Europa naquela época, como os ritos de passagem têm dado lugar aos ritos de impasse na contemporaneidade, chegando mesmo a dizer:

Provavelmente, estamos perante ritos de impasse que acabam por preencher vazios de trocas simbólicas e ritualísticas que, em sociedades tradicionais, constituíam modelos consistentes de construção da identidade juvenil, inscrita em processos concertados de transição para a vida adulta. Tais ritos de impasse envolvem jovens para os quais o futuro é ameaçador, daí que apostem em diferentes estratégias: ora vivendo o presente menosprezando o futuro; ora tacteando oportunidades, numa lógica de “para o que der e vier” (p. 380-381)

Por conseguinte, se há uma normatividade etária em que determinados marcadores de passagem comparecem como sendo o ideal, maior se torna o impasse para o adolescente (Pais, 2009). Não sendo a adolescência um fenômeno apartado da cultura, nem mesmo sendo

uma categoria existente em determinadas sociedades, faz-se necessário analisar os sentidos brasileiros atribuídos ao significante da adolescência.

Logo, a adolescência enquanto significante compareceu no Brasil, não só dada a sua história de constituição na Europa, mas também pelos processos de colonização que a exportaram para o território brasileiro. Se por um lado aqueles sentidos atribuídos ao adolescente hegemônico comparecem como denotando uma imagem acerca de determinados corpos racializados – geralmente o branco – e de determinada classe social em nosso país, por outro, para outros adolescentes outros sentidos advém em sua definição. Ou pior, são omitidos do que seria uma definição mais abrangente do fenômeno, não incorporando todos os indivíduos da classe.

Nem todos os adolescentes brasileiros enquadram-se no perfil daqueles que possuem pais para se contrapor, ora já sendo os próprios “chefes” de seus núcleos familiares, ora tendo filhos para sustentar. Nem todos ascendem aos ideais de beleza e de vigor atribuídos à idade e, mesmo que possuam distintas inserções no mundo dos estudo e do trabalho, não se trata necessariamente daqueles que se “preparam de modo apropriado” para a futura independência financeira a partir do exercício de uma “profissão não subalternizada” a ser conquistada na fase adulta. Esse é o caso dos participantes desta pesquisa.

A indicação de tais sentidos sobre a adolescência é necessária para definir as identidades dos adolescentes que se conformam em um ambiente cultural concreto. É a partir desses “Eus” que são identitários e assumidos pelos corpos da enunciação que, com a escuta psicanalítica, se podem fazer leituras dos diferentes locais imaginários de onde comparecem e dos quais devem desvencilhar-se, a cada novo encontro com os sentidos, os sujeitos dos desejos.

Lima (2021) interrelaciona as teorias Queer e psicanalítica e versa sobre o tema das identidades a partir da perspectiva de que, em alguns aspectos, se distancia da de Glória

Anzaldúa. Ademais, Anzaldúa por muitos é lida como uma teórica Queer – por mais que reivindique a identidade Patlache. A partir da explicitação da distância entre os autores, vê-se que o próprio movimento Queer está cindido frente ao debate.

Trato de Lima (2021), pois compreendo que, por mais que ambos os autores refiram-se à identidade pelo mesmo termo, por outro não quer dizer que estejam falando da mesma coisa. Lima considera que o movimento em questão surgiu nos Estados Unidos nos anos 1980 por servir-se da condição de resto, por denunciar os ideais sociais que só permitiam a existência dos corpos se em referência aos padrões cis-heteronormativos de identidade.

O movimento Queer, por conseguinte, seria um modo de resistência frente à norma. Essa possuiria um caráter dual de, por um lado, fazer menção ao ideal e, por outro, à abjeção. Mesmo o heterossexual se identifica a significantes incongruentes com o ideal-de-eu, vista toda pulsão sexual desviar-se da meta, mesmo no início da vida psíquica, constituindo-se sob uma base que é perversa, polimórfica, sem referência a um objeto natural. O autor, adotando o termo butleriano, afirma que, afinal, o fenômeno é o do movimento queer da pulsão (Lima, 2021).

O psicanalista versa que para a psicanálise superar a segregação, só o fará a partir de uma radicalidade anti-normativa a qual, para os sujeitos das mais diversas identificações de gênero e sexualidade, propiciaria, no gozo de cada ser falante, a opacidade necessária desviante da regulação pelos ideais (Lima, 2021).

Deivison Faustino (2021), no capítulo do livro *A psicanálise em elipse decolonial*, remonta o debate identitário por outra via, servindo-se, de forma muito original, das contribuições do psicanalista Frantz Fanon. Ele afirma que a luta anti-colonial só seria bem-sucedida se a violência fosse devidamente canalizada em um processo revolucionário contra a estrutura social colonial, e não contra os indivíduos. Ademais, adverte para a questão do “duplo narcisismo” que ocorre no negro que se percebe não mais como objeto, mas como

sujeito histórico da humanidade-genérica-universal, o qual deve ser compreendido para que a luta antirracista possa advir a partir do desejo de seus sujeitos. Portanto, não é uma demanda do movimento negro algo que se assemelha a uma proibição da fala dos brancos.

Por outro lado, se há uma animosidade perceptível – para além do “duplo narcisismo” a ocorrer em determinados corpos negros –, o há também pelos corpos brancos extremamente identificados ao significante da brancura. Aqueles que se beneficiam conscientemente ou inconscientemente de uma ordem social violenta tendem a transferir simbolicamente às vítimas os demônios que não seriam compatíveis com a imagem acima de qualquer crítica e divinização que o racismo os conferiu (Faustino, 2021).

Por conseguinte, assume-se, então, que, se há uma identidade que urgentemente deve ser superada em prol dos sujeitos que com ela se ocupam, essa é a do branco. Denuncia também como a luta por uma outra identidade negra é interpretada, mesmo por psicanalistas, como um grave atentado contra a liberdade de fala dos outros(eu)-não-negros, mas que, ao fim, só evidencia uma posição que é racista (Faustino, 2021).

Concluimos, assim, a partir das distintas asserções acima expostas sobre a identidade que, se por uma faceta a identidade é empecilho para o advento do sujeito do desejo, por outra, esse mesmo sujeito se constitui no nó borromeano a partir do registro imaginário. Assim, fazer jus à identidade na clínica psicanalítica com adolescentes, a depender da forma, pode ser ou não liberadora do sujeito e promotora de significativas intervenções no campo social e da cultura, objetivando-se, obviamente, que, ao final do processo, o que venha a tomar cena seja o sujeito do desejo e não os sentidos do Eu.

Versar sobre os diversos sentidos que abaixo estão da cadeia de significantes em que comparece o significante “adolescente” é crucial para se tratar das identidades que se conformam sobre os jovens no Brasil. Dar dignidade à função do sentido na clínica psicanalítica com adolescentes é, nessa direção, fundamental.

Para além do debate identitário, outro importante aspecto para se caracterizar o “drama adolescente”, como já atestado, está na dinâmica do poder. Se por um lado já trouxe as contribuições de Foucault para o debate, mesmo associando à gênese da adolescência o exercício do poder disciplinar – estabelecendo relações entre essa noção e a história da adolescência como narrada por Ariès –, é fundante que, a partir da colonização, os corpos não ocupam a mesma posição para o poder.

Achille Mbembe (2003/2018) traz importantes reflexões sobre a dinâmica do poder e que talvez possam ser úteis para se compreender como os corpos dos adolescentes, ao ocuparem espaços não hegemônicos em uma sociedade como a nossa, são controlados em um contexto colonial. Salientamos, ademais, que, por mais que as contribuições de Mbembe ou de Foucault aqui tratadas não versem diretamente sobre a experiência da adolescência, aos nossos intentos, são úteis para que possamos compreender aspectos centrais do fenômeno, já que, desde a modernidade, a adolescência é reivindicada não só enquanto idade, mas enquanto fenômeno biológico. Logo, o corpo é essencial para a caracterização do adolescer.

Se por um lado – como já dito – tomamos como essenciais as contribuições foucaultianas acerca da biopolítica, Mbembe (2003/2018) define um novo tipo de gerenciamento do poder sobre os corpos. Por mais que não substitua e até mesmo subsista concomitante com o exercício do poder disciplinar, a partir de uma política da vida, não se confunde com esse, portando suas próprias características. O novo tipo de gerenciamento é o da necropolítica.

Para Foucault, a escravidão como técnica de controle dos corpos se diferencia do poder disciplinar, mesmo não sendo aquela que melhor caracteriza a modernidade – essa na qual o poder disciplinar toma o protagonismo. Já para Achille Mbembe (2003/2018) é o prenúncio de um tipo específico e moderno de gestão da morte dos corpos (necropoder). Na

neocolonialidade, a necropolítica toma outras miragens, já que a escravidão formal não é mais um instituto válido.

Mbembe (2003/2018) versa sobre uma tripla perda a partir da condição de escravo, sendo a perda de um “lar”, a perda de direitos sobre o próprio corpo e a perda de estatuto político. Nessa equação, a *plantation* é um espaço que pertence ao escravista, marcada por uma dominação absoluta. O que se percebe a partir da escravidão é que, na modernidade, houve corpos com os quais se operou um poder em prol da promoção estritamente regulada das condições de vida e de morte. Serviu-se de todo um aparato médico-legalista e de outros saberes correlatos. Por outro lado, há um poder da morte o qual, para outra gama de corpos – os dos colonizados, dos negros, etc. – suspende todo o aparato legal para a aniquilação e o controle desses (Mbembe, 2003/2018).

Achille Mbembe (2003/2018) chega a dizer a respeito da operação da necropolítica no mundo colonial: “Dentro do Império, as populações vencidas obtinham um estatuto que consagrava sua espoliação. Em configurações como essas, a violência constitui a forma original do direito, e a exceção proporciona a estrutura de soberania” (p. 26). O autor, com isso, define que, na modernidade, muitos dos corpos ocupam um lugar, ao nosso ver, imaginário e profundamente arraigado na cultura, de equivalência ao do inimigo absoluto (Mbembe, 2003/2018).

Tais corpos são desprovidos de humanidade, comparecendo, como diz o teórico, entre a posição de sujeito e a de objeto. São, assim, corpos que tomam a forma de mortos-vivos em um verdadeiro Estado de Exceção, cuja morte não é regulada pela legalidade, já que, na colônia, a violência é a única política regulatória (Mbembe, 2003/2018).

Outrossim, também é essencial resgatar que, a partir das novas tecnologias de guerra (armas cada vez mais capazes de eliminar milhares de corpos em questão de segundos), a violência passa a operar, de forma mais eficaz, com a morte do outro. Somada à segregação

enquanto possibilidade de delimitação geográfica dos corpos outros a serem aniquilados – segregação essa que é fundamental para o exercício do necropoder –, observam-se as condições de possibilidade para a necropolítica na contemporaneidade (Mbembe, 2003/2018).

Outra idiossincrasia desse tipo de poder está no fato de que o seu exercício não se concentra necessariamente sob o escopo da ação do soberano, logo, não é centralizado. O biopoder também não é centralizado, operando sob a lógica do panóptico; o necropoder é operado por diferentes atores, como no caso das milícias (Mbembe, 2003/2018).

É crucial analisar se e como a necropolítica interfere para a consolidação – ou a exclusão de determinados corpos – da categoria “adolescência”, de maneira que se atrela o necropoder às especificidades da sociedade colonizada brasileira. O *Atlas da Violência de 2021* apresenta dados relativos ao ano de 2019 obtidos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde, os quais são importantes para a caracterização da violência no Brasil. Um dado relevante do estudo é o de que, naquele ano, dos 45.503 homicídios ocorridos no Brasil, 51,3% dos casos foram de jovens entre 15 e 29 anos; por dia, 64 desses foram a óbito (IPEA, 2019). Tais informações no mínimo provocam um espanto: por que são os jovens a maioria a morrer por homicídio neste país?

Por mais que talvez não haja uma resposta única para essa pergunta, já saliento como a adolescência caracteriza uma idade – recentemente forjada –, cuja dimensão corporal porta sua expressão máxima, vide o apelo à puberdade como a sua definidora. Logo, se se pode suspeitar das influências da biopolítica para a constituição ficcional e o controle disciplinar dessa fase do desenvolvimento humano, ponderamos a agência da necropolítica como aquela que exclui determinados corpos nessa fase.

Se por um lado fala-se tanto da transgressão ou dos impactos da puberdade para o advento da adolescência, em nosso contexto brasileiro, é curioso que não se assuma, como contingente à idade, o iminente risco de vida a que estão submetidos. Se não se assume a probabilidade de morte para a adolescência como uma característica intrínseca a essa fase da vida – sobretudo maior do que em outras idades – seria pela naturalização da carnificina, ou por que o adolescente assassinado é lido, em seu ato de morrer, como não adolescente?

Torna-se necessário, então, caracterizar qual é esse adolescente a morrer no Brasil, se assumirmos que os riscos de morte não são os mesmos para todos nessa idade. Com isso, evidenciamos quais são os corpos assassinados no país, denunciando um poder que reivindica a morte e que trata alguns como Outro-corpo, inimigo fundamental. Um dado curioso para essa caracterização é o de que 93,9% dos jovens vitimados foram de pessoas que se identificavam com o gênero masculino em 2019. Outro é o de que, no mesmo ano referido, 77% das vítimas totais de homicídio no Brasil foram de pessoas negras e, por mais que não haja estatística descritiva diferenciando na população de jovens a quantidade de assassinatos por raça, pode-se inferir que essa seja a tendência para esse grupo em especial (IPEA, 2019).

Se a adolescência é marcada pelo homicídio, parece ser o homicídio o fato definidor do que é ser um adolescente no Brasil ou do “drama” pelo qual um adolescente é o “principal ator”. Aliás, o “principal ator” submetido à necropolítica brasileira, o qual aparenta ser um corpo masculino e negro (às mulheres estão reservadas outras políticas de morte e vida igualmente graves), é evocado por outras noções na cena social. Esses são os “bandidos”, “mal-feitores”, “raça ruim”, “gente que não é gente, pronta para ser morta” e não para ser adolescente. Se lhes são relegados a pecha de serem ainda adolescentes, o são, mas somente na forma viciosa do “adolescente desviado”. O crime deve ser irrealizado, portanto, para também abarcar o adolescente colonizado em sua condição de sujeito do desejo.

Também é necessário compreender que, mesmo para a adolescência hegemônica, opera a violência da biopolítica. Assim sendo, faz-se necessário interpretar o período da vida como marcado por – independente da posição social que ocupa o adolescente – uma problemática e complexa operação de controle sobre o corpo. Suspeitamos se relacionar a possíveis entraves para os sujeitos do desejo com que lidamos na clínica e que compõem esse grupo.

2.1 A adolescência interpretada pela psicanálise: resistência aos modelos bio e necropolíticos

Lacan (1965/1998) versa sobre como a psicanálise é possibilitada somente a partir do advento do sujeito da ciência. Se por um lado ela opera com esse sujeito que somente toma palco na modernidade, o faz em um caráter de descontinuidade – diria eu até mesmo revolucionário – ao, a partir do sujeito elipsado, promover a reintrodução do foracuído Nome-do-Pai no ambiente científico.

A modernidade, portanto, ao definir o sujeito da ciência, funda a própria psicanálise. Curiosamente, essa mesma modernidade é o terreno em que surge a adolescência, como compreende Ariès (1973/1986). À tal curiosidade, não associo uma mera coincidência, mas uma lógica comum que possibilita grandes transformações no globo terrestre. O corpo, entendido como instância privilegiada de operação dos bio e necropoder, pode explicar porque uma nova subjetividade advém; necessitou-se usurpar radicalmente o sujeito do desejo de seu lugar para operar, criando, ao final, um corpo sem-desejo-poder. Um corpo que é controlado por tais poderes retratados, cujo controle não se desvela como saber no sujeito cindido, é o corpo com o qual a psicanálise se atém na clínica.

Portanto, versando sobre a adolescência, é papel da psicanálise restituir o saber ao campo da verdade, no que toca a tais sujeitos juvenis. É louvável, também, que a psicanálise desempenhe junto à adolescência uma importante ação cidadã: de denunciar sentidos sociais

que advêm de um imaginário social que brutaliza com os sujeitos do desejo e seus respectivos corpos.

Tal denúncia em Psicanálise já é travada nos primórdios do século XX por alguns teóricos, de maneira que o trabalho de um deles, o de August Aichhorn, chamou a atenção de Sigmund Freud, o que o fez dedicar a seu colega um prefácio ao livro *Juventud Desamparada*, de 1925 (Freud, 1925/2006).

A Instituição de Reeducação em que Aichhorn atuou era considerada moderna para a época. Seu trabalho como reeducador objetivava uma pedagogia amparada em princípios da psicanálise, a qual proibia o uso da força física para a “correção” dos adolescentes – prática comum dos institutos correcionais daquele tempo (Aichhorn, 1925/2006). Talvez ela seja comum no exercício das medidas socioeducativas em regime fechado no Brasil ainda hoje.

A referida instituição realizava um trabalho pedagógico com jovens em conflito com a lei ou com “comportamentos inadequados”. Esse trabalho se assemelha, em alguns aspectos, ao da socioeducação de hoje em dia, porém, com diferenças, pois eventualmente os próprios pais levavam os filhos “delinquentes” ou os “invertidos” para o instituto para que fossem tratados, desenvolvendo, assim, um processo educativo/coercitivo no limiar entre a justiça e a família (Aichhorn, 1925/2006).

Por mais que no prefácio de Freud (1925/2006) não se veja presente um extenso debate sobre a adolescência, atendo-se mais a discussões psicanalíticas sobre a educação, aborda tangencialmente o tema ao referendar o trabalho de um reeducador, trabalho esse que se destina e versa diretamente sobre os adolescentes e suas vidas. Ademais, demonstra o entusiasmo de Freud acerca da aplicação da psicanálise a contextos que não o da clínica tradicional. É curioso que a adolescência privilegiada na discussão de Freud é justamente uma criminalizada, marginalizada.

Aichhorn (1925/2006) realizou algumas intervenções pautadas na psicanálise que evidenciaram-se problemáticas – como o caso do atendimento de um jovem homossexual a quem foi designado aprender o “ofício masculino” da alfaiataria. Por outra via, talvez reflita uma das mais antigas formas de intervenção com adolescentes em situação de vulnerabilidade e criminalização como oposição a um discurso jurídico que não pautava a subjetividade como forma de humanizar a adolescência.

Posteriormente, um dos autores a avançar no debate sobre a adolescência foi Jacques Lacan (1974/2004). A partir de um prefácio à peça de Frank Wedekind, *O Despertar da Primavera*, analisa a iniciação sexual nessa idade da vida. Assim, diz que essa comportaria uma levantada de véu; “Que o véu levantado não mostre nada, eis o princípio da iniciação (nas boas maneiras da sociedade, pelo menos)” (Lacan, 1974/2003, p. 558). Ou seja, o que é próprio da adolescência e do despertar sexual que nela ocorre é o deparar do jovem com uma ausência do próprio ato sexual (Lacan, 1974/2003).

A iniciação sexual tem contornos no campo da linguagem em que se constitui, de forma que, ao se propor o enigma sexual, o que se encontra é o sentido do sentido. Assim, para o adolescente, opera a fantasia da realidade comum que veicula a ideia do todo, inscrevendo a relação sexual no campo do sentido e velando seu caráter real (Lacan, 1974/2003).

Logo, o encontro com a sexualidade genital é a de uma levantada de véu em que, o que se encontra, é um vazio que representa o que é o sexo para o campo de nossas relações humanas. A subjetividade adolescente, de certa forma, é atravessada por uma linguagem que institui como enigma o ato sexual no campo do significado. De certa forma, encaminha-se a um lugar – o da fantasia da realidade comum –, mas que sempre se desencontra com o real, registro que impõe a inexistência do ato sexual (Lacan, 1974/2003).

Resgato a história de Wendla por acreditar que expressa a tragédia adolescente de tantos no mundo e pode se articular bem ao tratado por Lacan (1974/2003) – a respeito da posição adolescente frente ao enigma. Demandando o saber suposto ao Outro de sua mãe, indaga sobre “como os bebês vêm ao mundo”. A Sra Bergmann, por sua vez, responde de seu inconsciente, associando ao ato sexual os sentidos do proibido e daquele que só é possível a partir do encontro com o “amor verdadeiro”, constituindo toda uma miragem imaginária para o ato sexual impossível de se efetivar. A mãe de Wendla costurava roupas longas para a filha, tentando coibi-la de possíveis peripécias sexuais pelas vestes costuradas (Wedekind, 1906/2022).

Wendla se depara com o ato sexual, apesar dos esforços da mãe, praticando-o com Melchior. Naquele momento, é confrontada com o próprio real do sexo e a ausência de sua representação no âmbito da linguagem, ainda que o sexo seja dito de tantas diferentes formas mediadas pela cultura, sobretudo por sua mãe. Por fim, a jovem grávida morre (Wedekind, 1906/2022).

Lacan inova significativamente o assunto quando o trata sob a ótica que indica. Se por um lado associa-se à gênese da adolescência a biopolítica, a qual naturaliza o ato sexual e a própria noção da puberdade, por outro, é desnaturalizada pelo autor francês. Não há nada de natural no ato sexual a partir da irrupção do real da puberdade; o adolescente, quando forjado na modernidade como metáfora biológica, tem a possibilidade, na psicanálise de Lacan, de ascender ao estatuto de sujeito do desejo. A ética do desejo é viável, quando efetivada; assim, a travessia do adolescente, pelos percalços da puberdade, ocorre de forma mais saudável, sem ter que levar o fim que levou Wendla na peça de Wedekind, o fim pela morte.

Miranda e Ferreira (2021), ao analisarem a melancolia de Werther, protagonista da obra de Goethe, *Os Sofrimentos do Jovem Werther*, ponderam como que o jovem artista sublima Charlotte, mulher a que investe seu amor, identificando-se a ela ao nível de seu Eu.

A ambivalência vivida frente a Charlotte, essa que toma o lugar de investimento que quem antes ocupou fora a própria figura materna, ao final teve como consequência o suicídio de Werther dada a regressão dos afetos hostis invertidos em direção ao próprio Eu do personagem.

Se por uma dimensão Miranda e Ferreira (2021) contribuem para se pensar o suicídio sob a ótica do funcionamento melancólico, por outra suas contribuições podem ser associadas às especificidades da adolescência.

Se é na adolescência que a sexualidade genital comparece juntamente com o próprio enigma sexual, também é um momento que, como para Werther ou para Wendla, pode ser de risco psíquico, sendo uma das vias possíveis para o psiquismo a melancolia, a encenação sintomática do ato sexual, ou mesmo a atuação suicida. Assim, é necessário compreender que a puberdade em interseção com a adolescência pode advir como risco para o sujeito do desejo.

Outra contribuição importante é a de Contardo Calligaris (2000), o qual diz que o sujeito, neste momento, vive uma contradição que marca sua crise na cultura. A crise acontece pelo fato de que, por uma dimensão, é submetido a uma “moratória” adulta que o idealiza como feliz e responsável pelas inovações que a geração anterior não foi capaz de realizar e que recalcou os desejos a isso articulados. Na contramão, é solicitado ao sujeito abster-se de seus próprios desejos e esperar até que venha a idade adulta (Calligaris, 2000).

A isso, se articulam os valores de uma sociedade de mercado que, com a capitalização das subjetividades, opera pela destituição subjetiva do jovem. Associa-se a gênese da adolescência aos Estados Unidos da América, país que criou um primeiro terreno propício para a emergência individualista (Calligaris, 2000).

O psicanalista comenta que o adolescente serve melhor que a criança como representante dos anseios inconscientes dos pais, já que, diferente dos infantes, seu corpo já

está organicamente maduro para o sexo. Assim, constitui-se como modelo para os adultos se identificarem e, a ele, atribuírem seus desejos recalcados (Calligaris, 2000).

O adolescente, buscando a admissão oficial no mundo dos adultos – já que a moratória os obriga a esperar sem justificativas plausíveis –, tende a atuar para os adultos responsáveis os desejos inconscientes que eles não conseguiriam efetivar. Ou seja, o adolescente pressente haver, naquilo que foi recalcado nos pais, algo que é de grande interesse deles e que pode ser a chave de acesso para a comunidade dos adultos. Esse momento tende a ser de conflito, já que tais desejos foram recalcados pelos adultos justamente por não serem passíveis de assimilação consciente. Nisso, os pais tendem a reprimir com forte violência o que não irrompeu de si, mas que é sobre si num outro (Calligaris, 2000). Vê-se, portanto, que, independente de ser ou não atravessado pela opressão colonial, o adolescente hegemônico é uma minoria, estando a mercê de uma complicada equação de forças que impactam a dimensão do sujeito.

Outro autor a versar sobre o assunto da adolescência foi Donald W. Winnicott. Um dos textos de seu livro *O Brincar e a Realidade* (1975/2019) compreende a adolescência a partir de uma lente que lê a subjetividade marcada pela imaturidade, sendo o ambiente facilitador um outro elemento que toca diretamente aos jovens. Winnicott (1975/2019) adverte sobre a importância de um ambiente facilitador e de alguém que se ocupe do ofício da maternagem suficientemente boa para que o adolescente possa alcançar o grau de independência necessário. Ademais, ele desenvolve a ideia de que não há independência total, mas graus de maior ou menor maturidade, sendo próprio ao ser humano reivindicar uma identidade pessoal.

O autor, portanto, ao referir-se ao adolescente, trata-o como imaturo. Para o desenvolvimento psíquico, em muitos momentos, é necessário que haja a continuidade da provisão ambiental, como no caso dos bebês, em que sem um outro cuidador, não há a

possibilidade de sobrevivência física e nem de estruturação de um ego (Winnicott, 1975/2019). O psicanalista diz:

O crescimento não é apenas uma tendência hereditária, mas um entrelaçamento extremamente complexo com o ambiente facilitador. Se a família ainda estiver por perto para ser usada, ela será usada ou para ser dispensada (uso negativo), pequenas unidades sociais precisam ser estabelecidas para conter o processo de crescimento do adolescente (Winnicott, 1975/2019, p. 170).

Continuando a refletir a adolescência a partir do encontro de jovens cujas primaveras foram despertadas e que Wedekind tão bem retrata, imagine Wendla e quantos desafios para a sua saúde se impuseram por sua demanda não poder ser contida por um ambiente facilitador, sobretudo por sua mãe, mesmo tendo sofrido de uma gravidez indesejada causando-lhe a morte. O próprio Winnicott (1975/2019) adverte que não há como prevenir percalços no processo maturacional do adolescente, portanto, isso não depende exclusivamente de um desempenho dos pais, mas das unidades sociais que cumpram sua função. Sobre isso, ele diz que: “Se os adultos abdicarem da responsabilidade, o adolescente se torna adulto por meio de um processo prematuro e falso” (Winnicott, 1975/2019, p. 175).

Entretanto, nem todos os jovens do Brasil possuem um adulto por trás que lhes garanta um ambiente facilitador para suas necessidades psíquicas inconscientes. Um exemplo disso pode ser encontrado em Helen Lima, Kátia Tarouquella Brasil e Luana Afonso (2020). As autoras realizaram um estudo com adolescentes mulheres que estavam em regime de internação designada pela justiça. Através do dispositivo da fotolinguagem, elas obtiveram dados de que as jovens demonstravam grande fragilidade quanto aos vínculos familiares, denunciando a inabilidade de suas famílias em oferecer o apoio narcísico que lhes garantisse um psiquismo estável. Os crimes seriam respostas para não sucumbirem à violência

intrafamiliar, assim como meio de salvar a própria família, de prover à mãe aquilo que essa não conseguiu prover antes à filha (Lima et al., 2020).

Já Guerra et al. (2012) debruçam-se sobre o compasso de espera ao qual a adolescência depende. A irrupção da puberdade despedaça no púbere sua imagem corporal; sua dimensão simbólica, portanto, passa a não ter os recursos necessários à simbolização, dada a irrupção do real. Assim, na adolescência há um desatamento do nó borromeano em que a fantasia do sujeito pode permitir a sua reconstituição em novos destinos.

As autoras advertem que o compasso de espera não é a realidade para todos na adolescência, de forma que, na chegada da puberdade, aqueles alienados ao saber do Outro do tráfico, ao invés de passarem pela espera, obtêm um livre acesso à vida sexual genital, ao crime e às drogas, as quais operam como respostas rápidas para o encobrimento da falha estrutural adolescente. Logo, é como se passassem pela puberdade, mas não pela adolescência (Guerra et al., 2012). Talvez isso possa ser estendido a outras realidades em que a adolescência seja a expressão dos processos de colonização – assim como é no das drogas.

Aos adolescentes desta pesquisa, parece haver esse encurtamento da adolescência. No caso de Ana, por exemplo, vê-se uma relação entre si e sua mãe pautada por uma falta real dessa figura. Desde muito cedo, na pré-adolescência, vive fora da casa de sua mãe, tendo já há alguns anos uma relação com um parceiro amoroso. Ambos residem juntos em uma mesma casa.

Outra dimensão importante para a compreensão da adolescência colonizada é a racial. Ana Paula Musatti-Braga e Miriam Debieux Rosa (2018) analisam as marcas que o racismo constitui sobretudo no psiquismo das mães negras e pobres, mas também no de seus filhos adolescentes. Realizaram, assim, um estudo com jovens entre 14 e 16 anos que participaram de encontros semanais com as pesquisadoras, as quais estabeleceram um dispositivo para possibilitar a fala dos mesmos.

Observou-se como dado que esses adolescentes, muitas vezes interpretados como rebeldes e violentos na escola, tinham que lidar com o desejo de um Outro que localiza suas mães em um lugar mortífero – o daquela que não é a santa-mãe-boazinha, sendo a puta ou a mãe desnaturada. Tais jovens identificavam-se, por conseguinte, ao significante “filho de mãe mal-dita”, o que lhes propiciava toda a sorte de impasses para o advento do sujeito do desejo. Sua rebeldia só era a denúncia de uma transmissão psíquica transgeracional.

Por outra via, porém, a dimensão racial pode advir de um lugar não marcado pelas relações coloniais, antes sendo uma saída do sujeito do desejo quando liberto dos sentidos coloniais que o aprisionam. Em Moreira et al (2020), vê-se um exemplo disso em que, a partir do estudo de caso de uma jovem adolescente que fora encaminhada ao Centro Integrado de Atenção ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte, aborda-se o estatuto de “jovem viúva” que a adolescente encarna a partir do assassinato de diferentes companheiros amorosos.

Os autores destacam a maternidade da jovem e os prejuízos para o psiquismo de uma gravidez não amparada pelas instituições, de forma que muito cedo teve que abandonar a escola para conseguir cuidar da pequena criança. A saída desejante, porém, foi sua adesão ao Candomblé, o que lhe permitiu acessar um saber sobre a sua própria condição de mulher negra no enfrentamento aos processos de embraquecimento, cujos corpos negros são frequentemente sujeitos, além de ser uma possibilidade para novas filiações.

Amanda Neves (2020), em sua dissertação de mestrado, igualmente objetiva a analisar a experiência da adolescência, agora sob uma perspectiva de gênero. Ela tenta compreender como se dá a experiência psíquica do adolescente LGBTQ+ no ambiente escolar sob a ótica da psicanálise. Para isso, realizou intervenções (entrevista; aplicação de questionário; roda de conversa) com 11 adolescentes autodeclarados não heterossexuais e/ou cisgêneros.

A autora apreendeu uma série de sofrimentos de seus participantes, uma vez que o adolescente LGBT+ não tem a sua existência reconhecida como possível. Com isso, as identidades são barradas ou construídas de modo deficitário; vê-se que uma melancolia se instala em tais corpos, sendo o gênero a expressão daquilo que fica inarticulado na sexualidade do sujeito (Neves, 2020).

Outro dado que comparece entre os muitos presentes nessa pesquisa é o da ausência de referências LGBT+ que possam ser tomadas enquanto modelos na escola. Portanto, seria frutífero que os LGBT+ fossem representados de forma positiva na escola – mas não só na escola – como modo de possibilitar distintos sentidos daqueles do opressor (Neves, 2020)..

À guisa de conclusão desta seção, podemos inferir que a psicanálise comporta, em si, diferentes possibilidades interpretativas sobre a adolescência. Com isso, os percalços pelo qual o jovem negro, LGBT+ e pobre tem que passar necessitam ser melhor estudados por psicanalistas. Somente uma perspectiva decolonial para o fenômeno conseguirá libertar o adolescente de sofrimentos passíveis de prevenção ou de remediação na clínica psicanalítica.

Os sofrimentos pelos quais as/os adolescentes passam na contemporaneidade devem ser interpretados com base nas experiências clínicas com eles. Daí, resgatamos o pioneirismo de estudos que buscam, a partir da construção de casos, realizar pesquisas para além das teóricas, a fim de darem, de forma não-toda, conta de uma juventude colonizada.

Percebe-se que, se por um lado há questões gerais – não digo universais – da adolescência que remetem ao risco psíquico inerente a essa idade da vida, por outro, há idiosincrasias de como ocorrem juventudes outras que não a hegemônica. Nesse mote, é muito interessante que, já em 1925, tenha sido do interesse da psicanálise – como vê-se em Freud (1925/2006) – o estudo acerca dos processos educativos voltados a uma adolescência criminalizada.

Outrossim, somar esforços de pesquisa e resgatar os estudos já feitos sobre uma adolescência colonizada será fundamental para que possamos, através da psicanálise, possibilitar ao adolecer as condições dignas de tratamento e a implicação do analista nos direitos violados da juventude – faixa etária mais assassinada no Brasil dentre todos os grupos que compõem a nossa sociedade.

Capítulo 3 - O método

Divido o presente capítulo em duas distintas seções. Na primeira, discorro sobre as especificidades da psicanálise enquanto saber em relação com a ciência. Defino o Pensamento Clínico – conceito de André Green – como o único capaz de mover qualquer processo de pesquisa em psicanálise, sendo logicamente anterior à assunção do método. Discorro, ademais, sobre aspectos fundamentais do método em psicanálise, sendo esses as noções de coleta e de análise de dados, e apresento o Diário Clínico como uma possibilidade metodológica. Explano, em seguida, sobre as implicações da pesquisa psicanalítica a fenômenos sociais, dando ênfase ao conceito de laço social como uma possibilidade de interpretação da sociedade. Na segunda seção, descrevo o método utilizado especificamente para essa dissertação, cuja validade só se justifica a partir das considerações metodológicas antes realizadas.

3.1 Considerações metodológicas

Ao propor uma pesquisa psicanalítica, o pesquisador se depara com a que possibilita o próprio surgimento da psicanálise enquanto específico saber moderno e que não se confunde com sua, em parte, mãe: a ciência.

Lacan (1965/1998), em seu escrito *A Ciência e A Verdade*, traz importantes reflexões acerca da psicanálise e da ciência, chegando a esboçar que a ciência, ao operar a verdade como causa, o faz sob o aspecto da causa formal. A psicanálise, porém, atua por compreender a verdade em sua dimensão de causa material.

O que isso quer dizer sobre o estatuto do sujeito não é pouco. Para Lacan (1965/1998) é notório que o discurso científico produz, como um dos seus efeitos, um tipo específico de sujeito, aquele cindindo entre a verdade e o saber. Se o sujeito é despersonalizado pelo método científico, não podendo mais ascender à verdade através do saber sobre os significantes que o representam, só lhe resta buscar a verdade como causa formal sem se ter

qualquer parcela de saber nisso, a não ser naquilo que o método científico pretensamente garantiria.

O método é tomado pela ciência enquanto o que garante a forma da verdade. Por não operar enquanto causa material, a ciência evita qualquer ontologia do conhecimento, depositando somente no método a possibilidade para uma verdade segura, foraccludo a lei – que diz sobre o desejo do sujeito – do enunciado. Há, assim, um esforço científico em ocultar o próprio sujeito da enunciação (Lacan, 1965/1998).

O encontro entre psicanálise e ciência – conflituoso, diga-se de passagem – impõe uma série de questões necessárias acerca da pesquisa em psicanálise. Elas perpassam desde a própria gênese da psicanálise – enquanto saber moderno às críticas de positivistas – à epistemologia psicanalítica, sobretudo aquelas proferidas por Adolf Grünbaum, tão bem retratado por Renato Mezan (2006).

Em seu artigo *Pesquisa em Psicanálise: Algumas Reflexões*, Mezan (2006) objetiva analisar três grandes críticas à cientificidade da psicanálise, sendo elas as dos positivistas lógicos, representados por Ernest Nages, o filósofo da ciência Karl Popper e, sobretudo, Adolf Grünbaum.

Ernest Nages, representante importante dos positivistas lógicos, afirma que a psicanálise não é científica justamente por seus conceitos não serem operatórios, ou seja, há impedimento de que, com eles, se possa construir teses verificáveis pelo método experimental. Karl Popper, por outro lado diz que as premissas psicanalíticas não são falseáveis, ou seja, igualmente não podem ser analisadas pelo escrutínio do método científico (Mezan, 2006).

Ambos autores diferenciam a psicanálise dos saberes pretensamente científicos. Eles o fazem a partir de um lugar que ainda permite à psicanálise operar enquanto campo do

conhecimento não-científico. De todo modo, Popper atribui ao método clínico toda uma especificidade que o tornaria de difícil reprodução em outras condições (Mezan, 2006).

Com Adolf Grünbaum, contudo, vê-se uma busca de localizar a psicanálise em um lugar de inviabilidade teórica para a construção de qualquer saber que possa assumir a posição de verdade. Grünbaum refuta Karl Popper ao dizer que as premissas psicanalíticas, sim, seriam falseáveis, e que as falhas da psicanálise dar-se-iam por razões da sua epistemologia (Mezan, 2006).

Grünbaum – que para forjar o intento de sua crítica dedicou-se à leitura de Freud – diz que a sugestão é o que sobressai do exercício da psicanálise enquanto método, não possibilitando que nenhum conhecimento seja derivado dali, senão aquele de antemão lançado pelo psicanalista na forma da interpretação. Se por um lado o filósofo assume as críticas da psicanálise à ideia da sugestão, por outro diz que “a ciência psicanalítica” trai-se a si própria, já que, nos seus dizeres, a transferência propulsionada pela compulsão à repetição coloca o paciente em situação infantil e o analista como “substituto da autoridade paterna”. Por conseguinte, a transferência de análise não teria o seu efeito liberador no sujeito, visto não haver maneira de ele se emancipar da situação infantil – o que seria o objetivo da psicanálise –, caracterizando-se a circularidade do funcionamento da teoria psicanalítica, cujas consequências são comparadas, pelo autor, ao efeito placebo. (Mezan, 2006).

Renato Mezan (2006) discorre que, sobretudo em função das críticas de Grünbaum, psicanalistas estariam optando por duas respostas comuns à problemática posta. A primeira seria negar a validade das contestações feitas ao método clínico, alegando que os críticos em questão não teriam se submetido a um processo de análise para que soubessem de sua eficácia – argumento tautológico e pouco aberto ao debate público de ideias. A outra seria buscar verificar os conceitos da psicanálise pela apropriação de métodos das ciências

naturais, servindo à tentadora posição de compreender a verdade enquanto causa formal, desconsiderando a dimensão própria que a produz no seio psicanalítico.

Para responder à problemática debatida por Grünbaum, Mezan (2006) argumenta que toda teoria, seja psicanalítica ou não, se ampara em uma aproximação que nunca será o “ser” daquilo que se estuda. Em toda tentativa teórica de se compreender um fenômeno, vê-se uma distância entre a realidade e as hipóteses construídas para se explicar as leis que a governam. Nesse sentido, é latente que toda teoria necessariamente parta de uma ontologia que busca reproduzir, idealmente, as propriedades do “ser” daquilo que será investigado. Logo, não haveria método ideal que chegasse a uma conclusão sem ceder à distorção necessária (Mezan, 2006).

Dessa maneira, o que valida o método clínico de pesquisa não pode estar centrado em uma única interpretação acerca do caráter sugestivo que ocorre na transferência, mas, sim, em uma análise ontológica do que constitui o âmago da condução da técnica em psicanálise. Há algo que antecede o próprio método clínico e que o baseia, algo que só pode ser tomado enquanto uma lógica.

Lacan (1964/1998), no seu décimo primeiro seminário, traz importantes reflexões acerca do que é o “achado” em psicanálise e recorre a uma análise detida sobre a noção de causalidade. Pretendo fazê-los ver como a posição lacaniana se relaciona com a dimensão de pesquisa a que se atém um psicanalista. Retomando à díade causa e efeito – tão debatida por filósofos como Aristóteles e Kant – e partindo da metáfora de um corpo que se esborracha no chão, Lacan (1964/1998) evidencia que não é a massa que causa no corpo a recepção de uma força análoga de mesma intensidade, mas que a própria massa já se integra nessa força a que ele retorna. Independente da pertinência física da metáfora, ela é útil por clarificar que, entre causa e efeito, há uma claudicação, não podendo haver dois eventos – causa e efeito – os quais interagiriam de maneira independente, afinal, há um meio do caminho.

Assim também ocorre com o sujeito. Retomando a noção de função classificatória primária, de Claude Lévi-Strauss, Lacan (1964/1998) afirma que as relações humanas já são determinadas antes mesmo que uma sociedade se estruture de maneira mais complexa. A natureza, pois, fornece suportes que se apresentam em temas de oposição. Pela linguagem, como consequência, advém os significantes que simbolizam a natureza, impresentificando-a. O psicanalista chega a dizer que “o importante, para nós, é que vemos aqui o nível em que – antes de qualquer formação do sujeito, de um sujeito que pensa, que se situa aí – isso conta, é contado, e no contado já está o contador” (Lacan, 1964/1998, p. 26). Outrossim, o inconsciente assume-se como algo que fica à espera, algo de não-nascido.

Caso seja desse sujeito indeterminado que parte a psicanálise em sua procura, não se pode encontrá-lo de antemão, senão na forma de um achado. Era a isso que Freud aludia na análise de um ato falho ou de um chiste (Lacan, 1964/1998). Se por uma face um sujeito se faz representar entre um significante e outro, por outra, a hiância em que se desvela o sujeito não prescinde de um “Um” absoluto que faça miragem à descontinuidade. Esse “Um”, introduzido por Lacan (1964/1998), versa, sobremaneira, ao conceito da falta. O inconsciente em certo ponto manifesta-se como uma oscilação num corte do sujeito em movimento no próprio discurso em causa – do qual depreende-se de algum ponto inesperado.

Lacan (1964/1988) esboça, assim, uma especificidade da psicanálise que concerne ao debate estritamente metodológico. A pesquisa psicanalítica, compreendendo os resultados de uma pesquisa como “achados”, não pode servir-se da díade causa e efeito para determinar a causalidade. Sua dinâmica operatória remete a uma claudicação necessária entre essas duas instâncias, de onde depreende-se o sujeito – justamente por ser indeterminado.

Ademais, é importante salientar que a proposição lacaniana – a da produção em psicanálise como achado – diz sobre o fato de o método clínico de pesquisa não conseguir, de forma alguma, adiantar algo acerca da natureza do sujeito. Isso que é encontrado não pode ser

formulado em hipóteses prévias, passíveis de falseabilidade. Não que a hipótese de pesquisa não exista em psicanálise; contudo, por referir-se ao inconsciente, não comunga com a dicotomia imaginária falso/verdadeiro quanto a confirmação ou não de suas premissas, já que opera por semi-dizer a verdade.

Sobre os aspectos basilares para se compreender o método de investigação da psicanálise, recorro ao conceito de Pensamento Clínico para responder às críticas científicas quanto à sua validade epistêmica. O conceito fora apresentado por André Green em setembro de 2001, em uma entrevista conduzida por Fernando Urribari.

Green (2001/2019) traz que toda técnica psicanalítica é antecedida por um Pensamento Clínico, o qual possibilita que o enquadramento clínico ocorra. Antes de se pensar em um enquadramento, há uma lógica adotada que é inerente ao ofício de psicanalisar. O enquadramento clínico, afinal, refere-se a um “enquadramento interno do analista”. Se por um lado é o que possibilita as condições materiais de ocorrência de uma análise – e digo de uma pesquisa psicanalítica –, por outro versa sobre uma operação anterior.

O enquadramento, para o autor, divide-se em dois componentes: a matriz ativa e o escrínio. A matriz ativa – de certa maneira, mais estável – comunga dois polos dialógicos: a associação livre por parte do paciente e a atenção flutuante por parte do analista. Já o escrínio é a fração variável, a qual correspondem todas as disposições materiais e formais do enquadramento. André Green (2001/2019) chega a servir-se da metáfora de que o escrínio seria como um estojo que guarda a joia que é a matriz ativa.

Há um Pensamento Clínico que possibilita a articulação dinâmica dos elementos presentes no enquadramento interno do analista, o qual propicia, em última instância, as condições de possibilidade para a interpretação. A interpretação é, portanto, um ato dialógico que antes se sustenta na relação com o analisando a partir de uma função interpretativa que deve estar viva no analista.

Green (2001/2019) reflete que a interpretação ocorre em três tempos para além da estrutura do paciente. No primeiro, que se dá no movimento da sessão, desenvolve-se em uma cronologia própria. Há o estabelecimento das condições para que o paciente possa entrar em contato com a interpretação proposta, analisando-se igualmente as resistências em cena. No segundo, há a verbalização do analista, que é seguida pelo silêncio e pela transformação interna do paciente. Em um terceiro tempo, toma lugar as modificações perceptíveis no pensamento e na ação do paciente.

Tal entendimento da interpretação possibilita que se possa tomar o enquadramento, proveniente de um Pensamento Clínico, como se constituindo num devir necessário e dinâmico, aberto às novidades que a clínica possibilita encontrar como achados. Não há um método que garanta a validade de um achado em psicanálise, mas um Pensamento Clínico que, *a priori*, possibilita o enquadramento do próprio método – sempre variável durante a execução de uma pesquisa.

A presente dissertação, por exemplo, se apresenta o método com que trabalha, o faz por, antes, ter trilhado um caminho que pressupõe o próprio método em movimento, mutável ao longo do processo. Em seu estágio embrionário, diga-se de passagem, o método desta pesquisa buscava compreender, como uma das possibilidades metodológicas, o conceito do crime a partir de um Grupo Operativo a ser realizado com os participantes da pesquisa – dispositivo de inspiração pichoniana –, tendo abandonado o proposto a partir das vicissitudes da própria pesquisa.

Ainda sobre o método sugestivo, esse que Grünbaum diz ser próprio à psicanálise, compreendemos que o enquadramento não é afeito à técnica da sugestão, muito antes se afastando dessa empreitada. Não há como, através da sugestão, convencer o paciente da pertinência da interpretação, visto que, previamente, o enquadramento falha ou não, na

própria relação analítica, a depender se a própria interpretação produz efeitos no sujeito (Green & Urbarri, 2001/2019).

Pesquisar como um psicanalista é dispor-se constantemente a um esforço de comunicação com os atores da ciência. Isso, pois, a pesquisa em psicanálise lida com o sujeito da ciência, definindo a produção psicanalítica como um achado, cujas condições de possibilidade provêm de um Pensamento Clínico. Ademais, presto-me a dialogar com críticos sobre a validade da psicanálise enquanto um método de investigação.

A metodologia da psicanálise possui características próprias, se comparada a outras áreas de conhecimento. Isso deve ser entendido a partir de sua possibilidade de comunicação e de distorção necessárias para adentrar a academia com o seu discurso, havendo-se com demais outros – vide o do mestre e o do universitário esboçados por Lacan.

Márcia Maesso, Eliana Lazzarini e Daniela Chatelard (2019) apostam na relevância da inserção do discurso analítico, refletindo acerca de sua implicação nos eixos de pesquisa, de extensão e de docência a que um pesquisador-psicanalista se expõe ao ingressar nesse ambiente. As autoras discutem sobre o fato de que a academia é constituída como a que propõe um conhecimento consciente aos eixos implicados no funcionamento da universidade. Já a psicanálise busca apartar o saber de uma condição absoluta da verdade como sentido sobre o real, sendo possível somente por um semi-dizer.

A ciência surge como novidade discursiva moderna, diferenciando-se da *práxis* universitária medieval de se sustentar somente pelo ensino e pela circulação de um saber adquirido com os cânones. Ou seja, por mais que haja profundas diferenças entre a psicanálise e a ciência em seus modos de localizar o saber em relação com a verdade, há uma similaridade em ambas ao buscarem um questionamento do saber instituído na universidade (Maesso et al., 2019). Porém, diferenças significativas entre ambas são evidentes, e podem

evidenciar-se pelo contraste em relação a como o saber é endereçado pelos discursos do universitário e psicanalítico.

Levando em conta a função do discurso do psicanalista na universidade, é possível considerar que há incidência do sujeito, portanto do desejo, na pesquisa e os seus efeitos podem produzir transformações tanto para o pesquisador, na forma de elaboração subjetiva, quanto para a epistemologia, com o alargamento conceitual. Em direção diversa, o discurso universitário parte do saber principiando o trabalho, mas o saber é sobre o objeto, o sujeito permanece interditado e nesse trabalho o mestre comparece na posição da verdade, como sendo detentor da verdade (Maesso et al., 2019, p. 125).

Logo, é importante destacar do excerto acima que, por mais que a ciência compartilhe, em alguns aspectos, similaridades com a psicanálise, essa última tem por primazia colocar em cena o desejo em suas pesquisas. Logo, o psicanalista não seria aquele que somente escuta e interpreta o seu sujeito de pesquisa – o que poderia recair no discurso universitário.

O saber com o qual o psicanalista trabalha não é sobre o objeto. Desde as elaborações de Lacan acerca do conceito de objeto a, compreende-se que pode ser tomado, em psicanálise, como causa do desejo. Nada da natureza do objeto pode ser garantido pela aplicação de um método, de modo que já delimito uma das primeiras características do debate metodológico em psicanálise: ele não garante um resultado nos moldes das ciências naturais e exatas, resultado que, podendo ou não confirmar uma hipótese, diria sobre o verdadeiro do real. O pesquisador-psicanalista, portanto, participa da pesquisa com o seu próprio desejo e deve se postar como aquele que, na contradição entre o seu discurso e aqueles que circulam na academia, produz pesquisa, sem opor-se a toda diversidade de saberes não psicanalíticos a que entrará em contato nessa seara (Maesso et al., 2019).

Não havendo como o pesquisador realizar uma pesquisa sobre o objeto – o qual está ausente e é causa do desejo –, dedica-se, portanto, a encontrar outro “ser” a partir de seu achado. Isac Iribarry (2003) traz em excelente artigo possibilidades interessantes para se refletir a metodologia em psicanálise e, de antemão, já indica que, diferentemente de outras abordagens, ela se distingue em dois aspectos. O primeiro diz sobre o fato de que a psicanálise não inclui, em seus objetivos, inferências generalizadoras, seja sobre a população ou a amostra, já que os próprios resultados de pesquisa mudam em decorrência do contato com a alteridade. Um segundo aspecto centra-se no fato de que, em psicanálise, as estratégias de análise de dados versam sobre o significante, e não sobre o significado (Iribarry, 2003).

Os signos dispostos no mundo aduzem de certa forma a uma pressuposição de determinada lógica, seja indutiva ou dedutiva. O signo antecipa o falante ao sentido no ato em que desponta o significante. Na experiência do inconsciente, entretanto, tal lógica do sentido se antecipa ao sujeito. A escuta do significante permite que ele, na experiência singular, assumam múltiplas associações, quiçá caóticas, com diversos sentidos, como na psicose. Assim sendo, os significantes jamais podem ser tomados enquanto representações do mundo, visto não recorrerem à sua ordem e, sim, a outras como a do sintoma, por exemplo (Iribarry, 2003).

Esse modelo de pesquisa, o qual advém da escuta dos significantes e que é patente ao pesquisador, provém antes de um modelo que é fornecido pela fala do próprio analisante. Tais significantes possibilitam que o pesquisador, direcionado pelo seu desejo, realize uma leitura produtiva do dado falado e coletado (Iribarry, 2003).

Por um outro viés, a partir do momento em que o produto de uma pesquisa psicanalítica é o ensaio metapsicológico, seja derivado da construção de um caso ou a partir de qualquer outra técnica, o pesquisador expõe o seu texto a um *Publikum* e a um *Öentlichkeit*, como define Isca Iribarry (2003). O *Publikum* faz referência a uma *delta*

alteridade (psicanalistas, especialistas, etc.) a que o pesquisador se refere, aos diversos outros que diretamente e sabidamente consomem a obra realizada – no caso de Freud, tal figura poderia ser a de Wilhelm Fliess, por exemplo. Já a *Öentlichkeit* concerne ao público – enquanto espaço virtual – outro genérico para o endereçamento da anunciação, quando no caso do leitor que acessa uma obra psicanalítica já publicada em algum meio de comunicação científica (Iribarry, 2003).

Iribarry (2003) define o próprio endereçamento do pesquisador a um *Publikum* como essencial para a eficácia de um método de pesquisa, salientando sua importância em detrimento do endereçamento ao *Öentlichkeit*. Trata-se de uma alteridade *do lta* – como quando o psicanalista discorre sobre o seu caso na supervisão –, em que o pesquisador pode ter chances de transformar o inaudível que sua prática comporta no ato criativo de servir-se dos seus significantes para falar dos de um outro, o paciente.

O método de pesquisa em psicanálise, como propõe Iribarry (2003), é uma apropriação original do método freudiano, apropriação essa a qual sempre se adequa ao desejo do analista, às especificidades da situação de coleta de dados e à apresentação a uma alteridade. Antes do sujeito ser analisado em uma situação de pesquisa, é o próprio pesquisador o principal participante de seu estudo.

Pode-se destacar que, por mais que a pesquisa psicanalítica comporte certa objetividade, não o é, porém, em sentido absoluto. A liberdade de criação com a qual um psicanalista tem de trabalhar é necessária para que o método freudiano deixe de sê-lo – em sentido estrito –; assim se encontra o método autoral do sujeito-pesquisador (Iribarry, 2003).

Nesse intento, Iribarry (2003) propõe um modelo de método o qual adoto para essa pesquisa a partir de adaptações que são explicadas na seção seguinte do presente capítulo. A saber, o método é o Diário Clínico ou Diário Metapsicológico. Ao dissertar sobre o Diário Metapsicológico, o pesquisador parte das elaborações do antropólogo francês Marcel Mauss,

indicando que, em um primeiro momento, seria interessante aos seus intuítos de estudo portar-se como um estrangeiro no território do paciente. Há, de entrada, uma necessidade que é etnográfica, e seu produto natural seria o ensaio etnográfico (Iribarry, 2003).

Um segundo eixo epistemológico a conduzir a pesquisa do psicanalista seria a observação participante, de modo que o psicanalista, ainda ao modo de um etnógrafo, desenvolve o seu próprio estilo de observação e registro dos dados (Iribarry, 2003). Dentre as diversas possibilidades de registro – como indicado por Mauss – que um antropólogo pode realizar em campo, em duas delas o labor do psicanalista pode ser bem-vindo: o registro filológico e o registro sociológico (Iribarry, 2003)

Só então, segundo Isac Iribarry (2003), advém um terceiro eixo de seu método, que seria propriamente o diário clínico. Esse seria um espaço em que o pesquisador deixaria que seus significantes comparecessem de forma escrita, associando-os em excertos ou fragmentos, possibilitando um tecido textual em que sua experiência com o participante fique registrada. Em *Breves Escritos de Freud* (1938), por exemplo, pode-se ver como o próprio pai da psicanálise servia-se de anotações e fragmentos para consolidar uma prévia escrita, como demonstra Iribarry (2003).

Registros periódicos de sessões poderiam ser feitos pelo pesquisador a partir dessa lógica, ou mesmo impressões diárias registradas sobre o enunciado de um participante em uma entrevista veiculada em um jornal impresso. Independente do modo, as formas de se servir de um Diário Metapsicológico podem ser flexíveis às intenções de uma pesquisa (Iribarry, 2003).

Os escritos do diário clínico poderiam ser qualificados como o dado bruto de uma pesquisa psicanalítica. Após o necessário registro etnográfico, o que se depreende de uma coleta de dados em psicanálise é o texto produzido em sessão pelo analisando tecido pelo texto do pesquisador. O desejo do pesquisador permite que os seus significantes se

desloquem sob aqueles que, originalmente, eram os de outro – do paciente – e, nesse movimento, surge a novidade, um saber novo que é, em sua gênese, intersubjetivo (Iribarry, 2003).

A análise de dados, ainda como preconiza Iribarry (2003), pode partir do Diário Metapsicológico como instrumento de coleta e sempre se dá sob a forma de um ensaio metapsicológico. Duas técnicas podem orientar a produção do ensaio, que seriam, para Iribarry (2003), a leitura dirigida pela escuta e a transferência do pesquisador ao texto dos participantes da pesquisa.

O pesquisador-psicanalista, tendo em mãos o diário clínico, parte desse texto em direção a um outro, ao ensaio metapsicológico propriamente dito. Esse é o momento em que, a partir de uma leitura orientada por uma escuta que se deu na clínica com um sujeito, o pesquisador promove uma transformação metapsicológica, partindo para a escrita de um ensaio. Nesse ensaio, como na forma de uma ficção, traz diálogos necessários com outros autores e teorias e propõe um modelo teórico (Iribarry, 2003).

Ao se estudar fenômenos sociais em psicanálise, sobretudo quando os participantes ocupam uma situação marginal na sociedade, outros aspectos são importantes de serem pensados sobre a pesquisa psicanalítica. Luciano Elia (2000) é um pesquisador que busca denunciar uma posição elitista de seus congêneres. Ele compreende que, para a psicanálise, o sujeito deve ser entendido como novidade, em oposição a uma determinação sociológica. Para tanto, deve ser situado cada caso como se fosse o primeiro em uma pesquisa, evitando, assim, uma mera aplicação do saber acumulado pelo psicanalista na situação de investigação. De todo modo, admite que o sujeito, despersonalizado como o é o da ciência, se relaciona necessariamente com algo da ordem social. Isso ocorre a partir do instante em que ele é constituído pelo significante, produzindo identificações das mais variadas, tramando relações com os diversos preconceitos e discursos.

Miriam Debieux Rosa e Eliane Domingues (2010) igualmente contribuem para esse debate. As autoras evidenciam que não há consenso entre os psicanalistas sobre até que ponto uma pesquisa psicanalítica detém-se à dimensão particular do sujeito em análise ou se consegue captar fenômenos sociais tangentes à fala. De todo modo, é na dimensão do discurso que a psicanálise produz conhecimento, interpretando a transmissão de dogmas e de idealizações acrescida à história oficialmente narrada.

A própria noção de sujeito, para as autoras, já encarna a sua dimensão social. Isso, porque o sujeito do inconsciente se constitui no desejo do Outro, recriado a cada contato com o outro, iminentemente sendo intersubjetivo e dependente das modalidades do laço social (Rosa & Domingues, 2010).

As autoras indicam que, diferentemente da pesquisa realizada no *setting* tradicional – no qual há um sujeito que supõe um saber a partir da transferência ao pesquisador –, na clínica em extensão, é o pesquisador que supõe que o pesquisado saiba algo. Muitas vezes, os sujeitos excluídos no laço social devem ser ativamente encontrados pelo pesquisador, o qual estabelecerá, em sua demanda de pesquisa, a possibilidade de demanda a ser endereçada pelo participante. A demanda do pesquisador, portanto, deve ser suficientemente ampla para que o participante possa constituir, para si e para um Outro, suas próprias questões a serem respondidas, sem pressões prévias do pesquisador (Rosa & Domingues, 2010).

Uma interessante forma de se compreender os fenômenos sociais, por sua vez, pode ser encontrada em Lacan, sobretudo no que concerne à sua teoria sobre os discursos. Em sua conferência, em Milão, de 12 de maio de 1972, chegou a dizer que:

“O discurso é o que? É o que, na ordem... no ordenamento do que pode ser produzido pela existência da linguagem, faz função de laço social. Talvez haja um

laço social, assim, natural, é dele que se ocupam os sociólogos... mas pessoalmente não creio” (Lacan, 1972, p. 20⁵).

Jaimes Betts (2014) busca compreender a função do psicanalista em contextos de vulnerabilidade social, pensando a qualidade do laço social que se funda nessas experiências. Com isso, diferencia a vulnerabilidade social do desamparo (*Hilflosigkeit*), já que as vulnerabilidades (no plural) referem-se não a um conceito metapsicológico, mas às segregações, exclusões e violências que um sujeito está submetido a sofrer em face de sua determinação sociológica.

Afirma que toda cultura se serve de uma língua, que é condição de possibilidade para as trocas entre os membros que compõem a civilização, e que, por ela, sempre resta algo não simbolizável, o qual pode ser interpretado no tabu. Quando duas culturas entram em contato – e, aqui referindo-se aos processos migratórios, mas poderíamos, também, atribuir ao contato da periferia com as elites, por exemplo –, é possível que a dominante entre em contato com o tabu da outra. O tabu distinto põe o sujeito interpelado pela alteridade em contato com o desamparo fundamental, que é o estado original do ser, surgindo no vínculo social toda sorte de opressão que opera na constituição das mais diversas vulnerabilidades sociais. É comum que, dado isso, alguém seja elevado ao lugar de mestre (como na escolha de um tirano como líder) para poupar o sujeito do confronto com o próprio desamparo (Betts, 2014).

Assim, para Betts (2014), o discurso psicanalítico teria inerentemente como função a reinserção do sujeito na comunidade local. Isso ocorreria a partir da restituição do saber sobre o desejo ao sujeito barrado, dado o recorte simbólico em que um significante se representa para o outro, incluindo os significantes estrangeiros não admitidos na cultura hegemônica.

⁵ Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5767159/mod_resource/content/1/DO%20DISCURSO%20PSICANAL%20-%20Lacan.pdf. Acesso em 21 de dezembro de 2022.

Operar com o discurso analítico frente aos participantes da minha pesquisa, portanto, também foi uma via não-toda que, sozinha, sem os outros saberes, não funciona. Assim, foi uma forma para inserir os participantes na cultura hegemônica de que precisam quando solicitados a fazê-lo, isso de um lugar em que a vulnerabilidade social não fosse a única a demarcar território, sendo o principal compromisso ético desta pesquisa.

Foi preciso, então, deter-me sobre as idiossincrasias do método de pesquisa psicanalítico articulado à dimensão sociopolítica do sofrimento humano. Isso foi fundamental para que, só assim, eu pudesse caracterizar o método adotado para a pesquisa desenvolvida nesta dissertação.

3.2 O método propriamente dito

Inicialmente, pretendia realizar como objetivo principal deste estudo uma análise sobre o conceito do crime; contudo, a partir dos atendimentos com Cláudio, houve a mudança das intenções de estudo desta dissertação. Conseqüentemente, a presente investigação possui como objetivo primário promover, a partir do fenômeno do crime, a irrealização da qual depreenderam-se as posições subjetivas dos sujeitos analisados. Eles guiaram temas que, à medida que iam aparecendo, eram eleitos para compor os objetos de estudo a serem analisados e associados aos laços sociais e à paisagem social concreta de que os sujeitos fazem parte.

Os participantes foram contactados, para participarem dessa pesquisa, pelo próprio pesquisador. Como atuava à época como psicólogo em um CREAS, conduzindo trabalhos, junto à equipe técnica da qual compunha, na socioeducação em meio aberto, tive um contato prévio com os sujeitos pesquisados antes mesmo de convidá-los a participarem do estudo. Ambos haviam sido encaminhados, ao serviço em que atuava, pela 1ª Vara de Justiça da Comarca de João Pinheiro/MG.

Após o projeto de pesquisa ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília, o que envolveu a aprovação dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLEs), do Termo de Assentimento e do Termo de Aceite Institucional (antes foi realizada conversa com a secretária de trabalho, ação e desenvolvimento social do município de João Pinheiro para que pudesse realizar a pesquisa no CREAS, tendo ela de boa-vontade aceito e assinado o Termo de Aceite Institucional), comuniquei aos participantes a respeito da pesquisa, de forma que agendei com ambos um encontro no próprio espaço físico do CREAS. Separadamente, expliquei-lhes os objetivos do estudo, de forma de que consentiram participar assinando o TCLE. Foi-lhes dada a informação de que poderiam abandonar a pesquisa a qualquer momento de sua realização, assim como que quaisquer dúvidas sobre o processo poderiam ser por eles expostas.

Agendei, também, um encontro com a mãe de Ana. Em tal dia, Ana me levou à casa de sua mãe. Utilizamos o carro do CREAS, disponibilizado para essa situação, em que me encontrei com a mãe de Ana juntamente com a própria participante. Sua mãe, igualmente, consentiu que a filha participasse.

O método de coleta de dados contou com dez sessões de atendimento individualizado para cada um dos participantes, de forma que a associação livre era a regra fundamental adotada. Nenhum tema em especial, como demanda do pesquisador a criar o espaço virtual para a demanda do sujeito pesquisado, era endereçado aos sujeitos para que pudessem falar. As duas vezes em que mais diretamente abordei os meus pacientes foram interpretadas como sendo resistências do pesquisador, visto não permitirem, como efeito da ação tomada, a associação livre. Salienta-se que tais sessões não caracterizam um processo de análise, e sim conformam um contra-dispositivo para a livre expressão de narrativas por parte dos jovens pesquisados.

Como instrumento de coleta de dados, adotei o Diário Metapsicológico de Iribarry (2003). Ao término de cada sessão, anotava as informações correlatas àquela de forma a deixar que os meus significantes de pesquisa comparecessem, associando-os aos excertos ou aos fragmentos que rememorava das falas dos sujeitos, estabelecendo a partir daí os dados brutos desta pesquisa. Diferentemente do autor, porém, não me utilizei de uma etnografia *strictu sensu* para após circunscrever os dados clínicos obtidos, e nem mesmo tal análise do contexto se constituiu como uma das etapas a anteceder a escrita dos dados referentes aos atendimentos. Os próprios resultados concerniram à descrição do contexto a partir de aportes das ciências sociais e da teoria do laço social, de forma que sujeito e a cultura se embrenhavam no mesmo objeto de estudo.

Os conteúdos das sessões não foram gravados, pois quando submeti o projeto para avaliação do CEP/CHS da Universidade de Brasília, não constei isso em seu escopo. Ademais, como fantasia que pode ser descrita como resistência do pesquisador-analista, pressupus que os participantes não se deixariam gravar devido ao âmbito judicial da pesquisa, visto “temerem ser expostos”.

Hoje, tendo entrado em contato com demais pesquisas psicanalíticas que ocorreram no contexto socioeducacional, percebo que seria plenamente possível eu ter gravado no momento da coleta de dados todas as sessões. No seguinte capítulo, quando comparecerem excertos de falas entre parênteses, elas são como constam literalmente no Diário Metapsicológico.

O método de análise de dados igualmente segue o proposto por Iribarry (2003), dando-se no ato da escrita do ensaio metapsicológico, que é o seguinte capítulo. A partir dos dados brutos da pesquisa, os relacionava à teoria psicanalítica, conseguindo, assim, produzir um saber eminentemente intersubjetivo entre eu como pesquisador e os meus participantes.

Como forma de circunscrever o pesquisar ao *Publikum*, necessidade que é defendida por Iribarry (2003), durante o tempo em que cursei o mestrado, apresentei os escritos dessa dissertação aos membros do Laboratório de Psicanálise e Subjetivação (Lapsus) da Universidade de Brasília nos encontros do grupo de pesquisa do qual compunha. Ademais, a supervisão a que me comprometo para a minha prática clínica, supervisão essa não relacionada propriamente ao espaço da universidade, foi de grande valia para essa pesquisa.

Capítulo 4 - A comunidade pinheirense: contexto e laço social

O presente capítulo objetiva, a partir da descrição do contexto em que se inseriu a pesquisa, apresentar os resultados desse estudo; está estruturado em três seções distintas. Nas duas primeiras, é narrada a história clínica de Cláudio e de Ana de maneira mais descritiva. Na terceira, apresento propriamente a análise dos dados, a saber, o ensaio metapsicológico derivado dos dados obtidos a partir dos atendimentos dos adolescentes em questão.

4.1 Cláudio

Cláudio é um jovem adulto e branco que, à época do atendimento, tinha vinte anos. Ele foi encaminhado ao Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) de João Pinheiro para o cumprimento de Liberdade Assistida pelo período de seis meses. O crime em questão era o de tráfico de drogas. Ele morava na casa de sua mãe junto a sua esposa e os seus dois filhos.

O crime praticado deu-se na adolescência, porém, devido à morosidade da 1ª Vara de Justiça da Comarca de João Pinheiro para enviar aos órgãos competentes os processos concernentes – o que foi o caso de Cláudio –, seu processo foi-me encaminhado anos após o ocorrido. Por não ter completado 21 anos, o cumprimento da medida ainda pôde se dar no âmbito da socioeducação. Cláudio, em nenhum momento dos atendimentos, versou sobre o crime cometido, o que moveu uma específica resistência em mim enquanto analista. Assumi que tal silêncio versava sobre uma resistência sua.

Os primeiros atendimentos, muito silenciosos de início, me incapacitaram de escutar parte da enunciação do sujeito, de forma que pesquisei sobre mediações terapêuticas que estabelecessem um dispositivo analítico pretensamente adequado. No terceiro atendimento realizado, levei o conto *A Criança Criminosa*, de Jean Genet (1949/2016), como proposta de mediação, mas o fracasso da intervenção foi eminente. Cláudio participava como um bom aluno, dizendo falas tais quais: “muito bom esse texto”; “tudo isso é muito interessante”.

Talvez minha posição inquisidora localizava, de alguma forma, uma postura que, na fantasia do sujeito, pudesse tomar o lugar de um específico desejo do analista. A proposta de mediação terapêutica foi deveras improdutiva. Com essa atitude traí também a postura lacaniana da irrealização do crime, a única possibilidade para acessar o sujeito do desejo. Realmente era de minha parte uma caricatura maquiavélica do “criminoso” como imagem, denunciado, em mim, por um estranhamento frente aquele jovem que cometeu o crime, mas que não fala sobre o assunto.

O método que utilizei para essa pesquisa delinear-se na sua forma atual se deu justamente após o ocorrido na coleta de dados com Cláudio. Aceitei, a partir daí, que os dados poderiam surgir, mesmo que não concernindo diretamente ao crime. Abandonei o objetivo de estudar sobre o conceito do crime, e adveio o desejo de pesquisa de compreender o cenário social pinheirense a partir do que advinha das falas do paciente.

Cláudio trabalhava em uma carvoaria, contexto laboral muito comum em João Pinheiro, sendo um dos que mais emprega/explora no município. Em seu caso, regozijava-se por sua carteira assinada em uma “empresa decente”. Isso, pois muitas das carvoarias da cidade são clandestinas e ele tinha ciência disso.

O ofício era árduo, de maneira que ele fazia questão de me mostrar os calos nas mãos, lesões nas pernas e outras cicatrizes que lhe apareciam. Desempenhava a tarefa de derrubar as árvores de eucalipto, cortar as toras de madeira em frações menores e levá-las aos fornos de barro em que outros trabalhadores procediam com a produção do carvão propriamente dito.

Para o transporte dos freixos de madeira, contava com o auxílio de um caminhão que não operava em dias de chuva, devido à grande quantidade de areia na estrada. Nesses momentos tinha que carregar tudo nas costas, de pouco a pouco, até os fornos. Para encher o caminhão, necessitava empenhar sua própria força física. O deslocamento da plantação de eucaliptos para o caminhão também era árduo. Precisava descer um morro com os freixos nas

costas até a zona em que o caminhão ficava no aguardo. O trabalho sempre era feito em dupla.

O seu salário era submetido ao cumprimento de metas, havendo uma meta mínima obrigatória de ser alcançada e o excedente era pago à parte. Cláudio sempre se esforçava, de maneira mesmo extenuante, a exceder as metas. Se por um lado excedê-las era importante para que o dinheiro ao fim do mês fosse o suficiente, por outro, apresentava falas relativas a um colega de profissão tais quais: “João (nome fictício) é um topeira, não consegue bater a meta, uma topeira”; “João não dá valor nessa empresa muito boa, deve estar querendo voltar pra aquele muquifo da roça do pai, pra passar fome”; “a empresa é muito boa pra gente, João é um burro de não querer trabalhar pra mais da meta”. A maior parte das sessões traziam temas associados ao trabalho.

Certo dia, chegou muito abalado à sessão, pois o seu parceiro de trabalho, um homem bem mais velho que ele e com o qual gostava de “tecer prosa”, fora demitido pela empresa. Esse colega fez compromissos com o dinheiro que viria a receber, mas, devido à demissão, não conseguiria honrar os seus planejamentos. Cláudio demonstrava grande sofrimento frente a isso, de forma que buscava motivos para o acontecido. Ao mesmo tempo, temia o mesmo para si. Disse: “Romano (nome fictício) era velho, não merecia, coitado, mas era velho. Tem que ver o lado da empresa. Mas pode ser porque ele era muito topetudo também. Não sei o quê, mas alguma coisa era”. Igualmente chegou a dizer: “eu sou diferente, sou jovem, mas vai que alguma coisa acontece né. Eu sou jovem e trabalho muito. Mas não sei, tem gente que trabalha mais que eu”.

Em outra vez, foi ele quem não conseguiu bater a meta do mês. Ficou muito preocupado com aquilo, pois não sabia se alguma consequência poderia advir do fato. O ocorrido o preocupava, pois estava fazendo auto escola, estudando para a prova de legislação. Aquele dinheiro era essencial para que pudesse assumir, no futuro, o ofício de motorista.

Sobre não ter conseguido cumprir a meta e frente ao medo da demissão ele disse: “a empresa é muito boa, isso não vai acontecer comigo. Mas pode acontecer”.

De uma coisa visivelmente se orgulhava: ser bom no futebol. Ele participava de um time de futebol de João Pinheiro e, na época, ocorria um campeonato regional em que competia. Em um dos atendimentos realizados, o participante me mostrou um machucado na perna e disse que o “professor” tinha dito que, devido a isso, não poderia participar do jogo seguinte. Indagando-o o que achava disso respondeu que era ótimo. “Assim eles vão me dar valor, tenho certeza”.

Marcando-lhe o significante “valor”, o mesmo disse que seria “ser respeitado, eles entenderem que não sou só um bom jogador. Sou um amigo”. Pergunto a ele como ele esperava dos outros essa amizade, e digo: “Para fazer amigos, ao invés de buscar diretamente isso com eles, por algum motivo, prefere ter que se ausentar do jogo?”. Ele responde: “Porque talvez sou um jagunço, fico esperando demais das pessoas”.

5.2 Ana

Ana é uma jovem de dezessete anos que chegou ao serviço do CREAS por encaminhamento da 1ª Vara de Justiça da Comarca de João Pinheiro devido ao crime de tráfico de drogas. À Ana, foi determinado o cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida pelo período de seis meses. Já com o marido, maior de idade, ocorreu a detenção, permanecendo na cadeia por igual tempo.

Estava em casa quando foi surpreendida pela polícia, junto ao esposo e à filha que, na época, possuía oito dias de idade. Os três moram até os dias de hoje na mesma residência. Trata-se de um pequeno domicílio localizado em um bairro periférico da cidade e cedido para o uso por um senhor que ela diz tê-lo como pai.

Grande parte dos atendimentos realizados deram-se naquele ambiente, sendo que somente três sessões vieram a ocorrer nas dependências físicas do CREAS. Em todas as

seções em sua residência a filha de um ano de idade estava presente, pois não havia com quem deixá-la. Para o prosseguimento das sessões, inclusive, sempre fora necessário incluir a bebê na conversa, de modo a indicar que aquele espaço de escuta era o de sua mãe, intervenções essas que geralmente funcionavam bem.

Os atendimentos, em algumas vezes, eram interrompidos pela chegada do esposo. Nessas situações, o perguntava com gentileza se teria como se ausentar brevemente de sua própria casa durante a coleta da pesquisa, o que ele fazia sem qualquer apontamento, levando consigo a filha para dar uma “voltinha”. Os atendimentos contavam com a presença da criança quando o marido estava trabalhando.

Uma das grandes vulnerabilidades sociais de Ana é a econômica, de forma que sua sobrevivência está condicionada aos rendimentos do marido, que trabalha como carvoejador. Por conta disso, foi preciso fornecer a ela e a sua família, por meio da Secretaria de Trabalho, Ação e Desenvolvimento Social do município, uma cesta básica durante o momento da coleta de dados, devido à situação de insegurança alimentar que se apresentava.

Ana diz que nunca mexeu com drogas ou com o tráfico e que não sabia que o marido vendia o produto. Já na primeira sessão, diz sentir-se “indignada” por ter sido “pega e sem culpa”. Exposto isso, disse “sentir-se sozinha”, o que seria a consequência lógica frente ao ocorrido; mas também o associa a outra situação, quando seu companheiro teria saído para beber de 15 às 20 horas (foi mesmo bem específica ao delimitar os horários) sem avisá-la para onde teria ido. Ela diz com indignação: “se eu não posso sair de casa, por que ele pode?”. Pergunto, então, se ela não sai de casa – o seu desejo – justamente esperando reciprocidade do marido, e ela responde que sim.

A realidade rural faz parte da sua vida desde pequena, visto que, na maior parte da infância, morou na “roça”. Ela perdeu o pai muito cedo e não se lembrava dele. Foi criada pela mãe e por um ex-padrasto, o qual, diz ela, “[...] era muito, mas muito mal. Ele batia

muito na gente e obrigava a fazer tudo, lavar roupa, limpar a casa”. Salienta ainda que uma denúncia ao Conselho Tutelar foi encaminhada, à época, por seus tios, devido aos abusos cometidos pelo padrasto, o que não gerou nenhuma consequência prática. Diz que, naquele momento, isso era motivo de muita raiva, mas que a religião a ensinou a abandonar o sentimento. Marquei para ela o quão importante seria se tivessem tomado providência, o que a fez associar ao “descaso” de sua mãe. Mesmo com todos os maus-tratos, a mãe amava muito o companheiro e nunca tomava partido em seu favor. Ana chegou a dizer: “Ou ela gostava demais dele ou ela não se interessava pela filha”.

Ana possui outros irmãos, sendo que a mais nova é descrita como tendo privilégios especiais com a mãe, mesmo sendo uma “delinquente que não quer saber de nada na vida”. Ela chega a dizer: “a minha irmã não presta”. Sua irmã caçula há pouco tempo tinha sido hospitalizada devido a uma grave doença nos rins. Ana disse que ela estava doente “de tanto beber coca”. A irmã havia perdido um filho há pouco tempo em um aborto espontâneo, o que, para Ana, teria sido como um castigo de Deus. Certa vez a mãe solicitou a Ana que fosse ao hospital para pernoitar com a irmã. Quanto a isso, ela diz: “é foda, a gente faz certo e tem que pagar pelo erro dos outros”. Ana, nesses momentos em que “é foda”, diz sentir falta de um pai – que nunca teve.

Ana também diz que na pré-adolescência foi para Unaí/MG morar com a madrinha e que, passeando na sua cidade natal, em uma visita à casa da mãe, conheceu o atual esposo, pai de sua filha. Ela retornou à João Pinheiro e, desde lá, reside junto ao marido.

Quando visitei a casa da mãe de Ana para explicar-lhe os objetivos do trabalho e colher o Termo de Assentimento para que a filha menor de idade pudesse participar da pesquisa, foi notável a independência que a adolescente possui em relação aos seus destinos. A mãe chegou a indagar o porquê de ter que assinar o termo, pois não achava certo entrar nos assuntos da filha. A vinculação de Ana a sua mãe lembra a de adultos de classe média ou alta

que só nessa idade têm esse tipo de liberdade financeira e de autonomia dos pais, o que convoca para outra caracterização da adolescência, a de uma fase em interface com os processos de colonização. Já sendo mãe, assume todas as responsabilidades pela maternagem de sua filha. Antes de grávida, porém, já morava fora da casa da mãe, que realmente a criou somente quando era uma criança.

Ana igualmente trouxe fortes conteúdos relativos ao seu envolvimento com a religião, no caso, a das Testemunhas de Jeová. Refere-se aos seus vizinhos e familiares que “são muito inocentes, ficam indo na Casa do Negro João (nome fictício)”. A saber, tal casa é um conhecido terreiro de Umbanda da cidade. Ana também diz que “tem preto que é muito equivocado mesmo e não entende os desígnios de Jeová”. Sua mãe é branca e ela é preta.

Ingressou na Igreja dos Testemunhas de Jeová após a prisão do esposo. É oficialmente casada com ele, no cartório, mas não na religião. Ela diz: “Para ser testemunha, tem que dar conta de seguir tudo que tá na Bíblia. Ela é a verdade”. Ela ainda não se denomina como sendo uma das testemunhas por temer não dar conta de seguir tudo o que a Bíblia diz. Ana e o esposo têm participado ativamente das atividades da igreja, sobretudo dos estudos bíblicos, em que os fiéis vão até sua casa para realizar juntos a leitura da Bíblia. O mundo é, nos seus termos, “bagunçado”, via que não pretende tomar.

Ana apresentava silêncios duradouros durante algumas das sessões, nada falava ou, quando indagada sobre algo, respondia com um vago “está tudo bem”. As sessões silenciosas eram deveras angustiantes para mim, enquanto analista, de modo que sinto que, como resistência, cheguei a tentar “forçar uma fala”, endereçando perguntas a respeito de determinados temas tratados em outras sessões. Com isso, traía ao método de pesquisa proposto e, em supervisão, logo abster-me dessa posição nada analítica.

Abstendo-me da posição não-analítica adotada, consegui perceber que, não só na transferência, às vezes era tomado como policial. Em certa medida, de fato, o era, já que,

naquele órgão, as faltas, os atendimentos e demais questões relacionadas à assiduidade eram de minha responsabilidade, devendo, ao término de toda medida, enviar o Planejamento Individualizado de Acompanhamento (PIA) e a Lista de Frequência ao juiz da comarca, o que era de sua ciência.

Trazer para ela que, sim, de certa forma eu era um agente da justiça⁶ e, ao mesmo tempo, deixar bem delimitado que nos espaços da coleta da pesquisa, porém, adotava uma outra posição, foi necessário, pois, caso não o fizesse, o ser “agente da justiça” poderia se cristalizar como uma mentira do pesquisador. Por mais que delimitado o espaço da pesquisa, por ser o pesquisador também socioeducador, poderia ocorrer o mencionado.

Ao término da coleta de dados – que coincidiu com o momento em que terminou a execução da medida de Liberdade Assistida –, narrou sobre os planos de ir para um pequeno distrito de João Pinheiro, localizado a cerca de 60 km da sede da cidade, para poder ter uma outra vida na “roça”. A “roça” não seria aquela dos abusos de seu padrasto; igualmente, não esperava mais pela intervenção da mãe. A roça passava a ser um lugar de desejo. No momento, também ocorria de seu marido estar concluindo um curso de barbeiro, o que era tão ansiado por Ana, já que o esposo não teria que sair de casa para ir trabalhar.

5.3 João Pinheiro

Eu trabalhei de março de 2020 a dezembro de 2022 como psicólogo em um CREAS no município de João Pinheiro/MG. Três vezes por semana me deslocava de minha cidade de moradia, a vizinha Paracatu/MG, para aquela, lugar em que me dediquei a atender indivíduos e famílias que tiveram algum de seus direitos violado.

João Pinheiro é um município da porção noroeste do estado mineiro. Em 2010, possuía população de 45.260 pessoas e densidade demográfica de 4,22 hab/km², sendo a 823^a

⁶ Enquanto trabalhador do Sistema Único de Assistência Social não sou um “agente da justiça”, contudo, faz sentido usar tal termo nesse caso descrito.

cidade dentre os 853 municípios de Minas Gerais em relação ao demarcador. A primeira colocação na escala indica o maior grau de densidade demográfica e a última o menor (IBGE, 2022).

Com 10.727,097 km², praticamente o dobro do muito mais populoso Distrito Federal – com extensão de 5.760,784 km² –, é o maior município do estado de Minas, possuindo uma área urbanizada de somente 12,48 km². Em 2010, somente 2,8% das vias públicas do município eram consideradas urbanizadas (IBGE, 2022)⁷. Os dados relatados expressam como a cidade é fortemente marcada pela ruralidade, o que influencia tanto nos costumes quanto nos empregos disponíveis na região

O ambiente cultural e social pinheirense, cenário em que se passa esta pesquisa, como se pode antever nos casos de Ana e Cláudio, denotam uma forte interação dos sujeitos com o campo. Ana viveu toda a sua infância na “roça”, essa que toma as formas de um significante em sua cadeia; Cláudio é carvoejador, ofício que, além do sustento, evoca uma Outra-cena em que o seu desejo, de maneira específica, está vinculado. O marido de Ana é igualmente carvoejador.

Destaco que, para além dos participantes desta dissertação, tantos outros usuários que atendi nesse tempo em que estou como psicólogo no CREAS têm o carvoejamento como uma das poucas ocupações disponíveis, ao lado de demais atividades rurais.

Érika Caetano (2008) produziu uma dissertação de mestrado em que objetiva compreender, a partir da categoria conceitual trabalho em uma perspectiva sociológica, a sujeição do trabalhador, a divisão e as relações de trabalho e demais fenômenos relativos ao ofício de carvoejador. Para isso, serviu-se de entrevistas com trabalhadores de carvoarias de

⁷ Os dados estatísticos referentes ao município de João Pinheiro foram obtidos por meio da plataforma IBGE cidades, e podem ser acessados pelo seguinte site: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/joao-pinheiro/panorama>

reflorestamento e volantes do município de Curvelo/MG, de modo que utilizo um capítulo de sua produção como âncora para delinear o fenômeno.

A cidade, igualmente de interior e mineira, como João Pinheiro, é palco da exploração capitalista desses trabalhadores, e o ambiente rural é tomado enquanto zona em que o capital faz o seu reflexo. Faz-se necessário, assim, antes de discorrer diretamente sobre o carvoejamento, conceituar o que é o campo.

Caetano (2008) primeiramente evidencia que a polarização campo-cidade prejudica a compreensão de fenômenos que melhor seriam aproveitados, se considerados como pontas de um *continuum*. A atividade agrícola, a partir do século XX no Brasil, ganha cada vez mais características agroindustriais, o que resultou em reflexos significativos na vivência camponesa e nos seus modos de produção.

O *continuum* é demonstrado também pelo fato de que muitos dos trabalhadores entrevistados pela pesquisadora residiam na cidade, assim como é o caso de Cláudio e do esposo de Ana (moradores da cidade e trabalhadores do campo). Ademais, esse tipo de trabalho comunga formas pré-capitalistas de produção – um sinônimo seria “formas camponesas de produção” – às modernas (Caetano, 2008).

O modo como o capital opera sob a lógica agroindustrial no Brasil é indireto, não dependendo da acumulação de capital na agricultura, mas da expansão do capital na totalidade da economia. Isso possibilitou que as formas pré-capitalistas de produção – aí vemos o emprego de técnicas de trabalho rudimentares e que demandam grande empenho braçal em seu exercício, com mão de obra em geral desqualificada – associa-se às próprias dos estilos fordista e taylorista (Caetano, 2008). Logo, o campo possui características que mesclam tanto o que seria atribuído genericamente à ruralidade quanto ao urbano.

Caetano (2008) também faz notar, a partir do que analisou no contexto em que coletou os seus dados, que os elementos associados à cidade estão presentes hoje na roça, citando, como exemplo, o fato do aparelho celular ser uma realidade do carvoejador, celular esse depositado em galhos de árvore que, por sua posição estratégica, possibilitam a captação de sinal telefônico.

O trabalho do carvoejamento é subdividido em etapas. A primeira está associada ao cultivo e plantio de mudas e à manutenção de florestas de eucalipto e pinheiros; a mão-de-obra é majoritariamente feminina. A segunda está associada diretamente à atividade de corte da madeira e de fabricação propriamente dita do carvão; a mão-de-obra é majoritariamente masculina. Consequente, está a distribuição do produto, em sua maioria destinado à fabricação de ferro gusa. O pólo guseiro controla a necessidade de abastecimento sob a técnica do *just-in-time*. Em Curvelo, o salário médio de um carvoejador contratado formalmente e protegido pela Consolidação das Leis Trabalhistas, à época, era de 520 reais (Caetano, 2008).

As empresas reflorestadoras terceirizam a produção às carvoarias volantes, sendo que muitas dessas últimas desempenham a função de desmate do cerrado nativo. Parte considerável de tais carvoarias são clandestinas, servindo-se mesmo dos trabalho infantil e escravo. O emprego informal e temporário é característico desse contexto (Caetano, 2008).

Uma descrição detalhada do ofício de carvoejador é oferecida por Érika Caetano (2008) a seguir:

No caso do carvoejamento, o carvoejador é responsável por encher e esvaziar um ou dois fornos por dia, de acordo com a bitola de madeira (2,20 m ou 1,10 m).

Isso, como veremos adiante, promove uma intensificação do trabalho. O carvoejador, para se livrar do trabalho mais penoso no período da tarde, intensifica o ritmo da atividade na parte da manhã, suprimindo os horários dedicados às refeições e, muitas

das vezes, evitando até mesmo o consumo de água para evitar a perda de disposição para o trabalho (p. 71).

Outra qualidade desse tipo de trabalho está no estabelecimento de metas de produção, estando o salário subordinado a isso. Essa realidade laboral é a de Cláudio, de forma que as metas o interpelam como dimensão real do seu trabalho.

Outro aspecto que vem se somar à realidade rural do carvoejamento é o do coronelismo. João Pinheiro, assim como demais cidades do Noroeste de Minas Gerais, é fortemente marcada pelo coronelismo contemporâneo. Carone (1971) discute sobre os coronéis que se originaram da atribuição de títulos de comando da Guarda Nacional no século XIX. Em sua maioria latifundiários, recebiam o título colocando-se como chefes das tropas. Desde a colônia, porém, já eram os donatários das sesmarias, os latifundiários e os grandes escravistas a ocupar as câmaras municipais.

O funcionamento do coronelismo – também conhecido por caudilhismo no Rio Grande do Sul ou por chefismo no Vale do São Francisco – é regulado pela primazia de uma família em que o chefe patriarcal é responsável por transmitir a tranquilidade e a normalidade das atividades cotidianas a seus membros. À dependência familiar somavam-se os negros escravizados e todos que necessitavam do trabalho, proteção e alimentação do senhor. Os membros da família, porém, possuíam nítidos privilégios (Carone, 1971).

Os coronéis respondiam ao vácuo de poder do Império em grande parte dos vastos territórios pouco povoados e marcados pelos latifúndios. Sendo assim, para resolver o imbróglio, os proprietários de terras formalmente foram instituídos para o comando da segurança pública. Após o advento da república, tais títulos perderam seu valor legal, mas permaneceram como alcunha. O poder dos coronéis passou a demandar os votos dos cidadãos e tomou distintas formas das que originalmente se constituíram (Carone, 1971).

Para caracterizar esse fenômeno, resgato Mozzer (2009) em sua tentativa de reconstituir a história da Coluna Prestes – maior movimento do século XX em resposta ao coronelismo da velha república. O autor utiliza-se da obra roseneana *Grande Sertão: Veredas* e propõe que não pretende distinguir entre História e Literatura, já que ambos os saberes se embrenham na linguagem. Chega mesmo a dizer: “Sertão é linguagem, linguagem falando um povo que tem muito a ensinar ao Brasil” (Mozzer, 2009, p. 258).

A partir da narração de Riobaldo articulada a produções clássicas de historiadores sobre o movimento militar de esquerda, traz diversas informações que concernem à passagem da coluna pelos sertões mineiros, em que João Pinheiro se inclui. Rios como o do Sono e o Cana-brava, aludidos na obra de Guimarães Rosa (Mozzer, 2009), compõem a paisagem natural da cidade, de modo que a ficção do escritor se serviu de um ambiente sertanejo que também é o do município em que esta pesquisa se dá.

Mozzer (2009) traz considerações que vão desde a primazia da participação de mulheres – e de mulheres negras – na coluna, como quando Riobaldo versa sobre a “proteção preta”, referência a Tia Maria, um dos maiores nomes da Coluna a ter existido, às considerações geográficas. Atenho-me à trama entre jagunços e os membros do movimento político – também denominados por revoltosos – como forma de caracterizar o lugar do coronel, marcando a ambivalência do jagunço.

O jagunço presta serviços a um coronel, ao qual os revoltosos se opõem. Ambos, jagunços e revoltosos, porém, se organizavam de maneira semelhante nos modos de combater, reunindo-se em bandos e tendo seus chefes e seus regimentos. Riobaldo, em determinado momento da obra, passa a se identificar como Tenente. Vê-se, assim, a despeito da diferença, que os jagunços, como Riobaldo, parecem mesmo elevar os revoltosos a um lugar de profundo respeito (Mozzer, 2009). O drama revela uma ambivalência sertaneja para

com o coronel, esse que é o representante da violência colonial. Ao mesmo tempo, nele, os jagunços temem por suas vidas, trabalham para ele e, quiçá, o invejam.

A realidade do coronelismo permanece viva na comunidade de João Pinheiro, em que algumas poucas famílias – essas conhecidas por seus sobrenomes por praticamente todos os conterrâneos – impactam significativamente as subjetividades pinheirenses. Isso fica refletido, inclusive, no funcionamento dos atendimentos dos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Já me chegaram relatos de que quando indivíduos dessas famílias chegavam a ser encaminhados a serviços do SUAS, eram atendidos de maneira distinta aos demais. São assim tratados a partir de um grande receio, pois é como se eminentemente a qualquer momento pudessem cair sob a ira do Senhor. Por outro lado, os profissionais procediam de maneira especial para com os “coronéis”, como em visitas domiciliares não justificáveis ou no oferecimento de café, de diálogos sedutoramente emocionados e de demais deferências aos portadores de “sobrenomes especiais”. Eles são elogiados nos eventos públicos e têm seus nomes intitulado praças e ruas na cidade.

Lembro-me de que, em uma visita a uma família que, em troca de moradia e de algum auxílio financeiro, morava nas terras de outra, encontrei a dona da fazenda no local. Perguntando-lhe quem era, a mesma me questionou acerca do porquê de eu não conhecê-la, com ar de indignação. Essa pessoa em especial é membro de uma das famílias que detém o poder local. O espanto por parte da senhora indica como o coronelismo se mantém vivo no município, com gigantescas dimensões territoriais e, por conseguinte, repleto de latifúndios. Muitas dessas terras são destinadas às carvoarias, articulando a história do sujeito à História da cidade. Aquela latifundiária, por exemplo, fazia-se ver no desejo do Outro pelo falo do nome que porta, se espantando, pois, ao ver o “sobrenome-falo falhar”.

Nessa dualidade coronel/jagunço podemos ver o caso de Cláudio que, em relação à empresa, toma-a com as mesmas deferências que tantos outros em João Pinheiro. A empresa

ocupa claramente um lugar privilegiado em sua narrativa, algo similar ao versar sobre o futebol.

Quanto ao futebol, chega-lhe como saber seu caráter de “Jagunço” a partir do progresso da própria análise. Ademais, é curioso o termo “jagunço” ser adotado para falar sobre o futebol em um contexto tão marcado pela ruralidade, o que creio não poder ser tratado como mera coincidência. “Jagunço” talvez venha de outras eras e chega a Cláudio não só por sua história, mas pela História. Nesse sentido, vale versar sobre um Discurso do Jagunço, o qual buscaremos demonstrar pela manipulação das falas de Cláudio em prol de estabelecer uma estrutura sem palavras.

Para isso, por consequência, é necessário identificar quais seriam o Nome-do-Pai, o objeto causa-do-desejo, o saber e o sujeito barrado e como esses se ordenam nas posições do agente, do outro, da verdade e do resto como produto do sujeito dividido quando Cláudio versa sobre o tema. Ademais, tomo sua experiência subjetiva para com o futebol equivalendo-a àquela com o carvoejamento.

Elejo a situação ocorrida no futebol para extrair os termos necessários. Ela eminentemente só é possível na linguagem, tendo algumas premissas fundamentais em sua enunciação: 1 – Cláudio pressente algo como falta, mas reivindica aos colegas do futebol ter “valor”; 2 – ter “valor” o envia a ser “bom jogador de futebol”, porém, para manter o desejo insatisfeito, ele demanda ter um “valor” relacionado a uma outra coisa não sabida; 3 – a partir de sua demanda endereçada, o que pretende é “fazer amigos”.

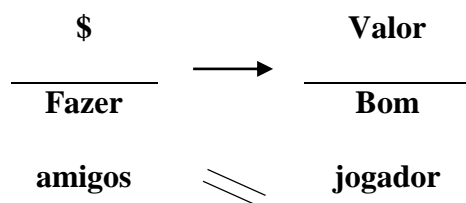
Podemos, nessa situação, compreender o significante “valor” como aquele que toma o lugar de um Nome-do-Pai, sendo aparentemente o articulador dos outros de sua bateria de significantes. “Valor” promove um deslocamento metonímico para ser “bom jogador de futebol”, S2, o qual faz entrever o sujeito. “Fazer amigos” expressa o objeto a, causa do desejo. Sobre isso, Lacan (1963/2005) chega a dizer que “o objeto a é o que caiu, do sujeito,

na angústia” (p. 62), angústia essa que se faz pressentir em sua dúvida acerca de que estatuto de objeto é para o Outro (sou ou não sou definido por ser um jogador).

A esse Outro, encarnado no pequeno outro dos colegas de futebol, Cláudio remete o “valor” a partir de uma posição em que presente algo como falta a ser respondida por alguém. Faço notar, assim, que Cláudio se coloca como sujeito barrado (\$) no lugar do agente e remete ao campo do outro o “valor” (S1). São os colegas de futebol que têm de lhe atribuir “valor”. Como verdade, portanto, enuncia o seu desejo insatisfeito por “fazer amigos” (a), de forma que o que sobra como resto do sujeito dividido é o próprio saber, esse último o qual só é evidente se “valor” remete ao ser “bom jogador de futebol” (S2).

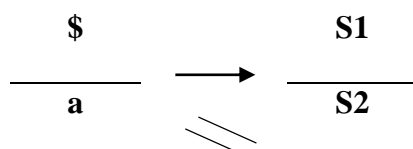
Apresento abaixo o discurso de Cláudio, porém ainda pleno de palavras:

Figura 1



Agora, retirando o que é próprio a Cláudio, ou seja, o traço de seus significantes, a estrutura se apresenta da seguinte forma:

Figura 2



Pode-se verificar, portanto, que o discurso que denomino como do Jagunço possui as características do discurso histórico. “Jagunço”, que por sua vez também comparece como significante na fala de Cláudio, como S2, devido à operação do discurso analítico, não

comparece mais como resto no sujeito, mas para o jovem possui a dimensão de um saber integrado ao campo da verdade.

Falar de discurso só faz sentido se em referência às determinações sociológicas em que se insere o laço social, tanto que, para Lacan, falar em discurso da ciência só foi possível por existir uma ciência da qual circunscrever sua estrutura. Dessa forma, dado o contexto que a coleta de dados se inseriu, creio ser legítimo falar de Discurso do Jagunço como um específico discurso que amarra os sujeitos pinheirenses e, talvez, tantos outros a residir em territórios fortemente marcados pelas questões agrárias.

Outro âmbito de relevância para que eu faça a caracterização do contexto da cidade é o racial. Destaco que, como produto cultural privilegiado do colonialismo, o racismo, como organizador de processos de subjetivação, comparece como necessidade de caracterização do ambiente em que coletei os dados.

O coronelismo porta sua dimensão racial, já que nenhum dos coronéis da cidade, pelo que eu saiba, são negros, mesmo sendo os herdeiros de um passado cujas famílias certamente detinham escravos. Por outro lado, atrela peculiaridades específicas como a posse de terras ou de bens consideráveis, além do peso simbólico que o sobrenome assume nesses casos, o que demanda uma outra caracterização mais própria ao problema.

Para tratar sobre o dilema racial, é importante resgatar teorias psicanalíticas que versem sobre como a ideia de raça comparece e estrutura subjetividades e ideologias. Dessa maneira, tecerei reflexões acerca de sentidos específicos que se articulam à realidade pinheirense.

Neusa Santos Souza (1983/1990), em sua obra *Tornar-se Negro*, traz importantes reflexões acerca do Mito Negro. Esse mito é compartilhado por brancos e negros e, por seu caráter de mito, trata-se de um discurso. O mito visa escamotear o real, de modo a negar a

dimensão política, histórica e social do fato e substituí-la pela “natureza” (Santos, 1983/1990).

O mito negro, além de privilegiar no psiquismo a dimensão imaginária, possui a capacidade de organizar um espaço de subjetivação e de relação com o desejo do Outro, em que o negro só pode ser assumido enquanto objeto da história. Neusa Santos Souza (1983/1990) possibilita que a compreensão da história seja tomada em sua dupla dimensão interrelacionada: história do sujeito e História da civilização.

Tal dimensão imaginária do Mito Negro, contudo, evidencia fenômenos de outra ordem para o “ser negro” que não o da identificação. Pelo contrário, cunha a impossibilidade da identificação a um Ideal de Eu Negro, funda o insólito – conceito barthesiano – e sua eterna referência ao “branco” (Santos, 1983/1990). Há, por isso, uma problemática para o Eu negro advir, o que se relaciona à uma barreira posterior para o advir do desejo como saber para o sujeito.

Se há um natural desajuste entre o Ego Ideal e o Ideal de Ego para os neuróticos, no negro, tal assimetria entre ambas as instâncias se torna abissal, já que, como nos diz Neusa Santos Souza (1983/1990), o Ideal do Ego é “branco”. A partir de uma entrevista, a autora realiza a interpretação de processos inconscientes importantes a ocorrer em Luísa, o nome que adota para uma das participantes de seu estudo. Essa, mulher negra filha de avós empregadas domésticas e de pais de classe média baixa, identifica-se ao falo da avó materna. A avó personifica a função paterna, guardiã simbólica da Lei de Luísa em que se associaram as ideologias racistas da História.

A avó traz a interdição contra o incesto sob a forma do “não se relacionará com homens pretos, como o seu pai”, o que coloca Luísa em uma incessante busca por um objeto de amor branco ou “negro-branco” – aquele negro que por suas qualidades transcende os benefícios imaginários inerentes à brancura (Souza, 1983/1990). Outras vezes se coloca como

aquela que é a “negra-veneno”, a que consegue, ao satisfazer o desejo do Outro, obter a sua própria satisfação. Ainda, como a que seduz pelos motivos nobres de uma profissão como a medicina ou por ser a mais estudiosa, diferente dos “negros de favela” da sua classe no ensino médio. Logo, ela quer ser a “negra-branca”.

Seu Ideal de Ego é, portanto, “branco”, pois o significante “negro”, como insólito que comparece, não permite a identificação ao traço nessa instância. Como negra, porém, não consegue se ver como branca. O que está em jogo é o desejo por uma identidade negra. Sobre isso, Souza (1983/1990) afirma:

Luísa logra conquistar uma identidade de mulher negra. Sua identidade, constituída de mitos e imagos, estrutura-se como sintoma: é um sistema opaco de desconhecimento e reconhecimento, marcado por todas as ambiguidades provenientes de sua origem imaginária. Identidade feita de contradições, submetida às formações ideológicas dominantes e sobredeterminada pela história individual e pela História da formação social onde a primeira se inscreve (p. 59).

Igualmente com Ana podemos ver a assimetria entre o Ideal de Ego e o Ego Ideal, sendo que o significante “negro”, portanto, assume o lugar de insólito, inviabilizando a identificação ao seu traço. O Ideal de Ego que lhe resta, portanto, é o branco. O dado pode ser interpretado na enunciação “tem preto que é muito equivocado mesmo e não entende os desígnios de Jeová”, ou quando diz serem muito “inocentes” aqueles que vão à Umbanda. Ou seja, para ser negro, só se não for “inocente”, se for como a “negra-branca” de Luisa, ou, no caso, a “negra-Jeová” (e não a “negra-Casa de Negro João”) de Ana.

Neusa Santos Souza (1983/1990) adverte que, ao negro, justamente por não ser branco, resta um outro problema para o sujeito ao nível identificatório. Isso, pois o significante “branco” não recobrirá perfeitamente a negra que sempre foi e que não deixará de ser, conflito esse vivido na instância superegóica do Ideal de Ego. Assim, fica o sujeito

destinado a uma lacuna em suas identificações, o que seria essencial para a construção identitária, como é o da identidade racial.

Se o sujeito do desejo, em prol da singularidade de que é definição, não se submete a nenhuma identidade, os sentidos atrelados aos significantes centrais da identidade do sujeito precisam existir. Isso, pois, no enquadramento dos três registros, há que existir um anterior sentido que, já no registro simbólico, possa ser deslocado do significante que acima de si se localizava pelo marchar da cadeia de significantes.

Musatti-Braga e Rosa (2018), ao pesquisarem adolescentes e suas mães – todos negros – de uma comunidade escolar pública, observaram como os sentidos que se ligam a maternidade negra colocam-na no lugar do “mal”. Assim, seus filhos se tornam os “filhos-da-puta”. O ideal de maternidade (Ideal do Ego), no caso, exigia de tais mulheres serem a “santa mãe boazinha”, forma branca para a maternidade forjada desde a colonização. Talvez esse mesmo sentido, o do “mal”, seja o atribuído ao significante “negro”, que aprisiona o desejo do sujeito e impossibilita que esse mesmo significante opere sua função simbólica para a identidade do sujeito.

Ana, como bem indica isso em suas falas que condenam o “mal” da religião de seus pretos vizinhos e familiares, é a mesma que não se assume como uma testemunha de Jeová. Isso ocorre porque teme não dar conta de seguir tudo o que está na Bíblia. Talvez pressentisse no ideal de branquitude dessa religião evangélica neopentecostal que não lhe servisse, eminentemente podendo falhar, dada sua “natureza”.

O significante “negro” assume-se, portanto, como um significante pinheirense que se faz representar para outros significantes, sendo um deles o “Casa de Negro João”. Saliento que esse terreiro é bastante conhecido no município, até por ser um dos poucos ou talvez o único da cidade, sendo os que ali frequentam identificados com a religião Umbanda. Saliento também que, como peculiaridade local, os não praticantes da Umbanda não compreendem a

que denominação religiosa tal lugar serve, referindo-se a ele somente por “Casa de Negro João” e associando-o muitas vezes às “macumbas”, à realização de feitiços malignos e diabólicos.

O racismo – aqui em interseção com o classismo –, em João Pinheiro, também pode ser sentido em outros aspectos da vida cotidiana da cidade, entre eles, no aspecto da moda. Há aqueles indivíduos que são identificados como os que utilizam “roupas de neguinho” ou “roupas de favelado”; há aqueles de “roupas decentes”, categoria que exclui os modos de vestir associados à cultura negra e à cultura periférica. Por periferia, também compreendemos as comunidades rurais marginalizadas que adotam trajes tais quais o boné de aba reta ou a calça caída.

Em relação ao acompanhamento psicossocial efetivado pelo CREAS, nossa equipe técnica já ouviu – o que trago como vinheta – de diferentes pessoas do Sistema de Garantia de Direitos que Cláudio não “se ajudaria”, não querendo “nada com nada”. Já ouvi a seguinte afirmação: “é um horror, ele só veste roupa de neguinho favelado”. Ana, mesmo sendo negra, “não se veste como neguinha” e já foi descrita a mim por distintas pessoas as quais, diretamente ou indiretamente, acompanharam o seu caso, afirmando que ela seria “ótima”, vestindo-se muito bem e que eu adoraria conhecê-la. Isso tudo me ocorreu antes de eu ter o primeiro atendimento com ela.

Em outra situação, que não com os participantes desta pesquisa, presenciei momentos em que uma usuária foi orientada em um órgão a se vestir com outras roupas, pois só assim seria atendida outras vezes, emblema que reforça a dualidade “roupa de neguinho x roupa decente”. Observo como os “modos de vestir” parecem ser essenciais para aquela comunidade, mais do que nas que até então tinha vivido. Lembro-me de uma fala de um pinheirense que exemplifica bem essa relevância dos modos de vestir na cultura local. Ao ter

dito que havia estudado em Brasília, alguém me respondeu “que bom mesmo seria morar lá”, pois no Distrito Federal todos se vestiam como queriam.

Se os dados como os de Ana sugerem o racismo, será que se pode defini-lo como um discurso? Se o racismo é um produto privilegiado da cultura nas sociedades colonizadas, há algum tipo de laço social que o sustenta?

Na aula de 4 de setembro de 1971, proferida na capela do Hospital Sainte-Anne na França, Lacan (1971/2011) discute acerca do conceito de natureza subordinado-o à cultura, não o contrário. A natureza se define justamente por ser tudo aquilo que se serve da *libré* (um tipo de vestimenta), que é o saber. Discute, portanto, que o saber só se torna uma *libré* a partir do discurso universitário que, a depender, pode verter para uma ideia de controle da vida em seres. Sobre isso afirma:

Não vai demorar muito, talvez quatro ou cinco anos, estaremos mergulhados em problemas de segregação, que serão fustigados com o termo racismo. Todos esses problemas prendem-se ao controle do que se passa no nível da reprodução da vida em seres que, em razão de falarem, revelam ter toda sorte de problemas de consciência (Lacan, 1971/2011, p. 36).

Curiosamente, portanto, o psicanalista esboça suas considerações acerca do racismo, estabelecendo não só uma relação com as noções de saber e de gozo, mas sobretudo com a do discurso universitário. Dá indícios, assim, de que o fenômeno, além de social, é linguístico, e tem a ver com o inconsciente tomado em cena em um discurso que produz laço social.

Ao dissertar, aliás, sobre enunciados da participante como sendo racistas, tomo-os de forma que o racismo é tido como estrutural, operando de formas distintas para negros e brancos. Nesse sentido, não vale atribuir a uma mulher negra a pecha de racista, senão em dimensão de um fenômeno que ultrapassa o indivíduo; no caso de Ana, ela é vítima desse discurso e de sua própria condição de sujeito forjado no seio do racismo cultural.

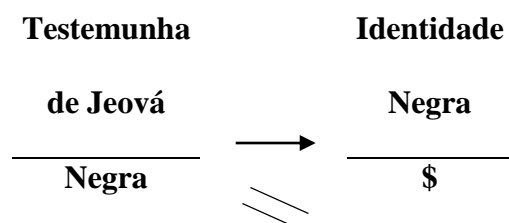
Para verificar a tese lacaniana, devemos decompor os termos de sua fala. Elejo uma situação em especial, a de seus rigorosos estudos bíblicos, como forma de demonstração em três premissas: 1 – ela, por mais que tenha medo em se assumir como religiosa por temer pecar, se coloca como “pretendente” à “Testemunha de Jeová”; 2 – Ana pretende não ser como os outros negros, que são equivocados; 3 – é o fato de ser “negra” que a faz querer ser “Testemunha de Jeová”, já que, por meio disso, conseguiria não ser equivocada como os outros negros.

Primeiramente, o S1, significante esse que, tomando o lugar de um dos seus Nomes-do-Pai – no caso aqui em questão, do Pai Racial –, comparece sob o significante “negro”, sendo justamente o que organiza a cadeia de significantes. Em conexão com o significante “Testemunha de Jeová” (S2), vê-se o saber e, o significante “negro” (S1), ocupa a posição da verdade – verdade essa do mestre. Isso ocorre porque o que Ana endereça ao campo do Outro é o saber da Bíblia, como “Testemunha de Jeová” (S2), já que não se quer ver no lugar de negra inocente como aqueles que frequentam a Casa do Negro João. Ana é só uma testemunha, aluna do saber; é enviada pelo mestre, significante-mestre do ser negra.

É no campo do outro que ela coloca o objeto e que, na veiculação da palavra de Jeová, por ser uma de suas “testemunhas”, busca acender uma outra identidade negra, uma menos mortífera para o sujeito. Na posição de resto está o sujeito barrado. Ao enunciar o mestre como ocupando o lugar da verdade, retira sua condição fundamental de jogo, \$, o que retorna como resto do sujeito dividido.

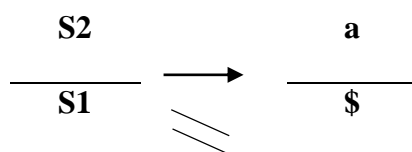
Podemos estruturar o seu discurso da seguinte forma, portanto:

Figura 3



No matema de Ana, acima exposto, lendo-se os quadrantes no sentido horário iniciando pelo que está indicado “Testemunha de Jeová”, identificam-se as posições do agente, do outro, da produção e da verdade. Retirando o traço dos significantes – de maneira que deixo somente sua função expressa pelas suas respectivas siglas – a estrutura em questão fica da seguinte forma:

Figura 4



Dessa maneira, pode-se, de fato, indicar que há algo que pode ser pensado como um discurso racista, esse que se dá sob a forma do discurso universitário. Sendo o discurso uma estrutura sem palavras, é a partir dos significantes dispostos em cada cultura – significantes esses que se deslocam acima de sentidos os quais também demarcam seu caráter cultural – que o discurso ganha corpo em uma fala; ou na comunidade, em um conjunto de falas.

Na realidade de João Pinheiro, há uma bateria de significantes que expressam as relações raciais daquela cidade, sendo que “negro” como (S1) também organiza demais significantes, como o “Casa do Negro João”, por exemplo. Assim, para a caracterização necessária do laço social, ao se compreender o discurso como estrutura vazia, é só na assunção da materialidade social do fenômeno (sociológica e antropológica) que se pode entender a idiosincrasia da operação de determinado discurso em uma comunidade.

Considerações Finais

Glória Anzaldúa (2009/2021), em sua obra *A Nova Nação Mestiza, Um Movimento Multicultural*, faz um belo estudo sobre o fenômeno das identidades. Acerca disso diz: “O outro racializado/étnico ou “nos/otras” – palavra que divido para mostrar que nós e eles somos ao mesmo tempo nós mesmas e o outro – buscamos termos que identifiquem nossos legados” (p. 186-187).

Se a psicanálise evidencia que, desde os primórdios da vida psíquica, é na relação com o Outro da linguagem que surge a possibilidade para um sujeito advir, esse que é imaginário, simbólico e real, mesmo Glória Anzaldúa não sendo psicanalista, podemos aproximar a sua produção do saber veiculado pela psicanálise.

A identidade, essa que se configura como “nos/otras”, pressupõe dois movimentos. Um reflete as identidades que são constituídas pelo contato com o Outrx; outro versa sobre a necessidade de apropriação de identidades que emancipem os sujeitos oprimidos (Anzaldúa, 2009/2021). Anzaldúa (1991/2021) chega a dizer que, quando se escreve, o fazemos de onde o pé pisa o chão. Assim, a escrita, essa que se relaciona com a identidade do escritor, faz-se com o pé na boca, em que chão e língua se misturam.

Anzaldúa (2009/2021), logo, propõe que o escritor oprimido por sua condição racial ou de gênero, por exemplo, necessita buscar termos para a sua identidade que não aqueles oferecidos pelo opressor colonial. Diz assim que, na *Nova Nação Mestiza*, os sujeitos devem reivindicar uma identidade semelhante à mula de Tróia, infiltrando-se para, pela subversão do sistema, introduzir na cultura novas ideias.

Tomando alguns desvios necessários para associar as ideias da autora à psicanálise, associo que Anzaldúa propõe uma dupla disposição para o jogo das identidades: a do significante e a do significado.

Ao retratar sobre as identidades, essas que sempre nos chegam por meios de palavras, como no caso da identidade “jagunço”, depreende-se por um lado o significante ao qual o sujeito se identifica ao traço, e por outro o significado. À essa opressão colonial que, por portar determinada identidade, alguns sujeitos sofrem, e que muito bem indica Glória Anzaldúa, associam-se os sentidos imaginários da colonização.

Então nos referimos a uma identidade, interpretando Anzaldúa pela perspectiva psicanalítica, que existe por, através dos significantes veiculados na cultura, alguns sujeitos se identificarem aos seus traços, e, também por sentidos socialmente estabelecidos, localizados abaixo daqueles significantes, fazerem-se presentes.

Ao Anzaldúa (2009/2021) propor a mula de Tróia como necessidade para a luta identitária, expressa justamente que há a necessidade de criarem-se novos sentidos, menos mortificantes, para se deslocarem abaixo dos significantes da identidade do sujeito.

Se Neusa Santos (1983/1990) trata o significante “negro” justamente como o insólito, aquele que não permite a identificação ao traço (no caso ao nível do Ideal do Eu), supomos que assim o é devido aos sentidos imaginários que, articulados pelo Mito Negro, impossibilitam a própria função do significante. Dessa forma, é crucial considerar os impactos do imaginário para o próprio advir do sujeito do simbólico.

Essa dissertação, em grande medida, partiu dessa consideração. Foi essencial, aos intentos dessa pesquisa, qualificar os sentidos coloniais sobre a adolescência e sobre o crime para assim poder, posteriormente, liberar os participantes desse estudo, marcando os seus desejos. Outrossim, ao especificar a adolescência colonizada como diferindo da hegemônica, não deixamos de evidenciar uma séria de novos sentidos para o “ser adolescente” que, porém, são menos mortificantes que os de outrora veiculados pelo colonialismo.

Ao versar sobre Ana e Cláudio, incluímo-los nos sentidos sobre o adolescente colonizado. Os sentidos de antes, aqueles que versam sobre a experiência hegemônica, os excluíam dessa idade da vida.

Lacan (1957/1998, p. 519) define a função da metonímia do seguinte modo: $f(S...S')$ $S \cong S (-) s$. “S” representa o significante, “S’” a significância e “s” o significado. A metonímia, produzindo significância, ocorre, portanto, a partir que, do significante de antes, se subtraia o significado.

De tal forma, fazendo-se o sujeito evidente justamente no deslocamento de um significante ao outro, e sendo função da psicanálise restituir o saber sobre o sujeito ao paciente, só é possível se pela subtração do significado que, como uma cadeia, se desloca abaixo da cadeia de significantes. Na metáfora, inversamente ao que acontece na metonímia, ao significante anteriormente deslocado se adiciona um novo significado (Lacan, 1957/1998).

Podemos concluir, assim, que se por um lado acreditamos na necessidade de novas metáforas que, na sobreposição entre um significante e um significado, produza possibilidades de existência mais viáveis para os corpos do desejo – os sentidos racistas, colonialistas e machistas, como amostras dos diversos sentidos coloniais, realmente são aniquiladores para o sujeito – por outro, a psicanálise só realiza a sua ética se irrealizar o sentido. Não é à toa que, na dimensão criminológica, Lacan (1950^a/1998) reflita que a ética psicanalítica prescinde da “irrealização do crime”. Para o atendimento de adolescentes, acredito, também há que se “irrealizar a adolescência”.

Assim, podemos afirmar que Glória Anzaldúa (2009/2021) percorreu a metade do caminho para a libertação do sujeito, pois, se propôs a mula de Tróia, não conseguiu avançar na posterior irrealização dos sentidos recém, e necessariamente, criados para as identidades colonizadas.

Essa pesquisa, portanto, só foi possível por, a partir de uma leitura sobre o contexto sócio-histórico, caracterizarmos novos sentidos para a adolescência e para o criminoso, e, posteriormente, irrealizá-los, buscando-se esvaziar os significados produzidos em função dos mecanismos colonizadores, assumindo-se que o sujeito comparece no deslocamento dos significantes em uma cadeia infinita. Quando da incapacidade de irrealização de algum dos sentidos que compareceram durante a coleta de dados, ficou evidente a resistência do pesquisador-analista, como no caso de Cláudio que, por mim, fortemente vinculado ao sentido sobre o “criminoso”, por ele não falar sobre seus crimes praticados geraram minha problemática e sintomática atuação.

Os significantes e significados associados à identidade do sujeito, alguns exemplos seriam as identidades de jogador de futebol em Cláudio e de mulher negra em Ana, só existem dada a relação intrínseca entre a subjetividade e a cultura. O conceito de laço social, como definido por Lacan, portanto, é salutar para se compreender como que, na arena social, tais significantes e significados instalam-se nos corpos dos sujeitos dos desejos. É só a partir de algo que se estrutura em uma forma sem palavras, que os seres falantes poderão enunciar a partir de uma história individual. A *história* e a *História*, como Neusa Santos (1983/1990) indica, são indissociáveis e caros conceitos para a clínica psicanalítica.

Ao identificar os discursos do Jagunço e o Racista, contextualizados à realidade pinheirense, busco assim evidenciar a interrelação entre *história* e *História* e, dando dignidade aos sujeitos atendidos, restituir-lhes não só o saber sobre o desejo, mas também, de maneira lateral, intervir na própria cultura pesquisada. O psicanalisar, portanto, pode demonstrar os seus efeitos não só para o sujeito, mas também para a sociedade.

Referências

- Aichhorn, A. (2006). *Juventud Desamparada*. Bueno Aires: Gedisa Editorial
- Anzaldúa, G. (1991). Esqueerzita(r) demais a escritora – loca, escritora y chicana. In Anzaldúa, G (2021). *A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios*. Rio de Janeiro: A Bolha
- Anzaldúa, G. (2009). A Nova Nação Mestiza, Um Movimento Multicultural. In Anzaldúa, G (2021). *A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios*. Rio de Janeiro: A Bolha
- Ariès, P. (1973/1986). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora
- Betts, J. (2014). Desamparo e Vulnerabilidade no laço social – a função do psicanalista. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, (45-46), 9-19
- Caetano, E. C. O. (2008). *No calor do inferno: trabalho e trabalhadores das carvoarias no entorno da cidade de Curvelo/MG*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em ciências sociais. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
- Calligaris, C. (2000). *A Adolescência*. São Paulo: Publifolha
- Carone, E. (1971). Coronelismo: definição histórica bibliografia. *Revista de Administração de Empresas*, 11, 85-92
- Elia, L. (2020). Psicanálise: clínica e pesquisa. In Alberti, S. & Elia, L (2020). *Clínica e Pesquisa em Psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos
- Fanon, F. (1961/2015). *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF

Faustino, D (2021). Por uma crítica ao identitarismo (branco). In Guerra, A. M. & Lima, R. G. (orgs.). *A psicanálise em elipse decolonial*. São Paulo: N-1 Edições

Flesler, A. (2003). A Infância Rejeitada. In Flesler, A., Martyniuk, C., Sabsay, F., Vegh, I. (2005). *Poetas, crianças e criminalidade ... sobre Jean Genet*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud

Foucault, M. (1975a/1999). *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Editora Vozes

Foucault, M. (1975b/2009). *Microfísica do Poder*. São Paulo: Editora Graal.

Foucault, M. (1980a). Aula de 9 de janeiro de 1980. In Foucault, M. (2009). *Do Governo dos Vivos*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Foucault, M. (1980b). Aula de 30 de janeiro de 1980. In Foucault, M. (2009). *Do Governo dos Vivos*. São Paulo: WMF Martins Fontes

Freud, S (1925). Prefacio. In Aichhorn, A. (2006). *Juventud Desamparada*. São Paulo: Gedisa Editorial

Freud, S. (1930). O Mal-estar na Civilização. In. Freud, S. (2010). *Obras Completas, v. 16*. São Paulo: Companhia das Letras.

Genet, J. (2016). A criança criminosa. *Verve*, (29), 13-30.

Green, A. & Urribarri, F. (2001/2019). *Do pensamento clínico ao paradigma contemporâneo*. São Paulo: Blucher.

Guerra, A. M. & Lima, R. G. (orgs.) (2021). *A psicanálise em elipse decolonial*. São Paulo:

N-1 Edições

Guerra, A. M. C., Soares, C. A. N., de Melo Pinheiro, M. D. C. & de Lima, N. L. (2012).

Violência urbana, criminalidade e tráfico de drogas: uma discussão psicanalítica acerca da adolescência. *Psicologia em Revista*, 18(2), 247-263.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2022). *Plataforma online IBGE*

Cidades. Acessado em 21 de dezembro de 2022:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/joao-pinheiro/panorama>

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2019). *Atlas da Violência-2019*.

Acessado em 21 de dezembro de 2022:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/19065_atlas_da_violencia_2019.pdf

Iribarry, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica?. *Agora: Estudos em teoria psicanalítica*, 6, 115-138.

Lacan, J. (1950a). Introdução Teórica às Funções da Psicanálise em Criminologia. In

Lacan, J. (1998). *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Lacan, J. (1950b). Premissas a Todo Possível Desenvolvimento da Criminologia. In Lacan,

J. (2003). *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Lacan, J. (1957/1998). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In

Lacan, J. (1998). *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores

Lacan, J. (1961/2003). *Seminário 9 – A identificação*. Recife: Centro de Estudos

Freudianos de Recife.

Lacan, J. (1963/2005). *Seminário 10 – A angústia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores

Lacan, J. (1964/1998). *Seminário 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*.

Rio de Janeiro: Zahar Editores

Lacan, J. (1965). A Ciência e A Verdade. In Lacan, J. (1998). *Escritos*. Rio de Janeiro:

Zahar Editores.

Lacan, J. (1970/1992). *Seminário 17 – O Averso da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar

Editores.

Lacan, J. (1971/2011). *Estou falando com as paredes. Conversas na Capela de Saint-Anne*.

Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Lacan, J. (1972). Conferência de Lacan em Milão em 12 de maio de 1972. Acesso em 21 de dezembro de 2022.

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5767159/mod_resource/content/1/DO%20DISCURSO%20PSICANAL%C3%8DTICO%20-%20Lacan.pdf

Lacan, J. (1974). Prefácio a O Despertar da Primavera. In Lacan, J. (2003). *Outros*

Escritos. Rio de Janeiro: Zahar Editores

Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. (2011, 6 de julho). Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (1993, 7 de dezembro). Institui a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm

Lima, H. T. S., Brasil, K.T. & Afonso, L. A. (2020). Meninas em medidas socioeducativas: uma experiência de grupo com dispositivo da Fotolinguagem. In Amparo, D. M., Morais, R. A., Brasil, K. T. & Lazzarini, E. R. (orgs.). *Adolescência: psicoterapias e mediações terapêuticas na clínica dos extremos*. Brasília: Technopolitk

Lima, V. M. (2021). A subversão pelos dejetos. *Revista Cult*

Maesso, M. C. (2020). A Estratégia da Transferência na Psicanálise como Contradispositivo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 1-10

Maesso, M. C., Lazzarini, E. R. & Chatelard, D. S. (2019). Psicanálise e universidade: encontros e desencontros na pesquisa, ensino e extensão. In Antloga, C., Brasil, K. T., Lordello, S. R., Neubern, M. & Queiroz, E. (orgs.) *Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea*. v. 4. Brasília: Technopolitk

Mbembe, A. (2003/2018). *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições (*e-book*).

Mezan, R. (2006). Pesquisa em psicanálise: algumas reflexões. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 227-241.

Miranda, R. B. M., & Ferreira, R. W. G. (2021). Melancolia na obra de Goethe: Os Sofrimentos do Jovem Werther. In Lemos, M. F. (2021). *Considerações sobre o suicídio no Brasil: teoria e estudo de casos*. Jundiaí: Paco Editorial

Miranda, T. A., Celes, L. A. M. (2019). Freud e socioeducação: a educação entre a

repressão e a oferta de alternativas de vida. In Antloga, C., Brasil, K. T., Lordello, S. R., Neubern, M., Queiroz, E. (orgs.) *Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea*. v. 4. Brasília: Technopolitk

Moreira, J. O., Rodrigues, B. F., Costa, J. D., Silva, C. S. W., Matos, C. A., de Sena, C. L., Marinho, F. C., Guerra, A. M. C., da Silva, B. F. A. (2020). A trajetória infracional de Cecília: um estudo de caso na perspectiva psicanalítica. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 18(3), 1-23.

Mozzer, M. L. C. (2009). Presença da coluna prestes nas veredas do grande sertão. *Contexto-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFES*, (16).

Musatti-Braga, A. P. & Rosa, M. D. (2018). Escutando os subterrâneos da cultura: racismo e suspeição em uma comunidade escolar. *Psicologia em Estudo*, 23

Neves, A. A. (2020). *Sobre-viver resistindo: adolescência LGBTQ+ na escola*. Dissertação (mestrado em educação). Faculdade de Educação. Universidade de Brasília.

Pais, J. M. (2009). A juventude como fase de vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. *Saúde e Sociedade*, 18, 371-381.

Rosa, M. D. & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, 22, 180-188.

Souza, N. S. (1983/1990). *Tornar-se negro*. São Paulo: Editora Graal.

Tiburi, M. (2015). *Como Conversar Com Um Fascista. Reflexões sobre o Cotidiano Autoritário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Record

Vegh, I. (2003). “Entre a abjeção e a santidade”. In Flesler, A., Martyniuk, C., Sabsay, F. &

Vegh, I. (2005). *Poetas, crianças e criminalidade ... sobre Jean Genet*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

Wedekind, F. (1906/2022). *O Despertar da Primavera*. São Paulo: Temporal.

Winnicott, D. W. (1975/2019). *O Brincar e A Realidade*. São Paulo: Ubu Editora.